



LSPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**DESEMPREGO: REPERCUSSÕES NA SATISFAÇÃO
CONJUGAL, NA IDEAÇÃO SUICIDA E NAS EMOÇÕES
EXPERIENCIADAS**

JOANA FILIPA CORREIA SOUSA

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA

Coordenador do Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de
Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira,
apresentada no ISPA – Instituto Universitário para
obtenção de grau de Mestre na especialidade de
Psicologia Clínica

Agradecimentos

O culminar do meu percurso académico só foi possível graças às pessoas que ao longo destes cinco anos (e da minha vida) me acompanharam.

Aos meus pais, por todo o apoio e por tornarem este sonho possível. Obrigada pelo vosso amor incondicional, suporte, dedicação, carinho e por sempre acreditarem em mim. Obrigada por todo o vosso esforço e por me possibilitarem voar mais alto. Vocês são o meu pilar!

À minha família, por estar presente e me apoiar sempre! Aos meus avós, “velhinhos do meu coração”, que cuidaram de mim, viram-me crescer e estiveram sempre lá. Sou uma felizarda por tê-los comigo e estarem a ver a vossa “netinha” terminar o curso. Às minhas queridas tias (e madrinhas!) e ao padrinho por todo o vosso apoio. Obrigada por estarem sempre lá para me amparar, encorajar e felicitar. Gosto muito de vocês! Se tive uma infância feliz e se hoje sou feliz, é graças a vocês.

Ao meu anjo da guarda. Onde quer que estejas, sei que estás a me iluminar e a proteger. Mesmo não estando connosco fisicamente, estás sempre no nosso pensamento e no coração. Espero que estejas orgulhosa de mim... Eu sei que estás.

A ti César. Estes dois anos foram a nossa prova de fogo. Obrigada por todo o apoio, compreensão e por estares sempre lá para mim. Mas sem perceberes nada de psicologia, ouviste-me e acreditaste que chegaria mais longe.

Porque estar longe de casa não foi fácil, não quero deixar de agradecer aos amigos de sempre. Obrigada pela amizade, pelo apoio e por compreenderem a minha ausência. Obrigada pela recepção sempre que voltava a casa e aqueles verões inesquecíveis. A ti Joana, por todo o apoio, por estares sempre disponível para me ouvires e teres sempre algo a dizer, mesmo quando as coisas não parecem fáceis e o caminho difícil. Companheira, amiga, “irmã”, obrigada por toda a ajuda, pelas tuas palavras, garra e motivação, e a tua constante preocupação. À Carolina, por estar sempre presente e pela amizade que fomos construindo ao longo destes cinco anos. E à Joana R., porque mesmo estando algum tempo sem nos vermos, a amizade é para a vida! Vocês são as melhores.

Lisboa mostrou-me igualmente o seu encanto! A ti Rita, agradeço-te por tudo. Foste o meu suporte, a amiga que não estava à espera encontrar e que levo para a vida. Obrigada por todas as partilhas, pelas conversas infundáveis e por me tornares uma pessoa melhor. À Joana Frazão, pela amizade, por estares sempre atenta e lá quando é preciso. O chocolate é o nosso melhor amigo! As três, somos muito mais família que algumas famílias de sangue.

Não quero deixar de agradecer às restantes pessoas que fizeram parte deste meu percurso por Lisboa: Aos amigos de medicina, pelas festas e bons momentos partilhados; às colegas e amigas do curso. Ao Sr. Carlos e Regina Maia, pelos “pais” que foram para mim. Têm todos um lugar no meu coração.

A todos os professores, da UMa e do ISPA, pelas aprendizagens e conhecimentos, e pela inspiração. À professora Maria João Beja, que me despertou na licenciatura o gosto pela visão sistémica e que me fez querer aprofundar mais os meus conhecimentos nesta perspectiva. Um agradecimento especial à professora Maria Gouveia-Pereira, por todos os seus conhecimentos e ensinamentos. Obrigada pela orientação e motivação para a realização desta investigação!

A todas as instituições e organizações que estiveram envolvidas, pela ajuda preciosa na recolha de dados.

Por fim, obrigada a todos os casais que se mostraram disponíveis a participar nesta investigação e sem os quais, esta não teria sido possível.

*“Cada pessoa que passa na nossa vida,
Passa sozinha, porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra.
Cada pessoa que passa pela nossa vida
Passa sozinha, não nos deixa só,
Porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela
Responsabilidade da vida e a prova de
Que as pessoas não se encontram por acaso.”*

Charles Chaplin

Resumo

A actual situação económica nacional e internacional torna relevante e justificativo o estudo do impacto do desemprego na satisfação conjugal e na ideação suicida. Dada a escassez de estudos relativos às consequências do desemprego, pretendeu-se analisar se a satisfação conjugal e os níveis de ideação suicida variam consoante a situação profissional do casal (com/sem emprego) e dos seus membros (homem/mulher). Simultaneamente, objectivou-se averiguar se as emoções experienciadas variam conforme a situação profissional e os elementos do casal. Além disso, tentou-se perceber se existem diferenças quando é apenas um dos elementos do casal a se encontrar desempregado ou quando se encontram ambos nesta situação. Neste sentido, seria interessante perceber como o desemprego é vivenciado pelo homem e pela mulher.

A amostra deste estudo é constituída por 48 casais – 22 em situação de desemprego (com pelo menos um dos cônjuges desempregado) -, perfazendo um total de 96 participantes. Aos participantes foi solicitado que respondessem ao Questionário das Emoções, à Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal – EASAVIC (Narciso & Costa, 1996) e ao Questionário da Ideação Suicida – QIS (Ferreira & Castela, 1999).

Os resultados indicam-nos que não existem diferenças, ao nível da satisfação conjugal, entre os casais com e sem emprego, nem entre homens e mulheres desempregadas. Todavia, quando ambos os membros do casal se encontram desempregados, apurou-se que experienciam maior privacidade e autonomia do que quando é apenas um deles (homem ou mulher) a se encontrar desempregado. Concluiu-se, também, que os casais desempregados apresentam maiores níveis de ideação suicida e de emoções negativas, embora não hajam diferenças entre homens e mulheres desempregadas. Consequentemente, estas emoções negativas encontram-se correlacionadas com a ideação suicida.

Palavras-chave: Desemprego; Satisfação Conjugal; Ideação Suicida; Emoções Negativas

Abstract

The current national and international economic situation makes the study of the impact of unemployment in marital satisfaction and suicidal ideation relevant and justificatory. Given the lack of studies on the consequences of unemployment, we intended to analyse whether or not marital satisfaction and levels of suicidal ideation vary according to the professional status of the couple (with/without employment) and its members (man/woman). Simultaneously, we objectified to ascertain if the experienced emotions vary depending on the professional status and couple elements. Furthermore, we attempted to understand whether or not there are differences when only one member of the couple is unemployed or when both members are in this situation. In this respect, it would be interesting to comprehend how unemployment is experienced by men and women.

The trail sample consists of 48 couples – 22 unemployed (with at least one of the spouses unemployed) -, making a total of 96 participants. Participants were asked to answer the Emotions Questionnaire, the Evaluation Scale Regarding Areas of Marital Life Satisfaction – EASAVIC (Narciso & Costa, 1996) and the Suicidal Ideation Questionnaire – QIS (Ferreira & Castela, 1999).

The results indicate that there are no differences in marital satisfaction, between couples with or without employment nor between unemployed men or women. However, it was found that when both members of the couple are unemployed they experience higher privacy and autonomy, in comparison to when it's only one spouse (man or woman) unemployed. Moreover, it was revealed that unemployed couples present higher levels of suicidal ideation and negative emotions, although there are no differences between unemployed men or women. Consequently, these negative emotions are positively correlated with suicidal ideation.

Keywords: Unemployment; Marital Satisfaction; Suicidal Ideation; Negative Emotions

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 1 |
| Enquadramento Teórico | |
| O Mundo e a Crise Económica | 3 |
| A perspectiva europeia | 3 |
| A realidade de Portugal | 3 |
| Impacto social e psicológico da crise económica e do desemprego | 4 |
| Subsídio de desemprego e o rendimento social de inserção (RSI) | 7 |
| Duração do desemprego e as suas consequências..... | 8 |
| O impacto do desemprego na ideação suicida | 9 |
| A Relação Conjugal..... | 12 |
| Crise e <i>stress</i> familiar | 14 |
| Impacto do desemprego na relação conjugal | 16 |
| Consequências do desemprego na satisfação conjugal e na ideação suicida..... | 20 |
| Objectivos e Hipóteses de Estudo | 23 |
| Método | |
| Participantes | 24 |
| Instrumentos..... | 31 |
| Questionário Sociodemográfico | 31 |
| Questionário das Emoções | 31 |
| Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC)..... | 32 |
| Questionário de Ideação Suicida (QIS) | 33 |
| Procedimento | 33 |
| Resultados | |
| Análise dos Resultados | 35 |
| Satisfação conjugal e situação profissional dos casais (com emprego/sem emprego) | 35 |
| Ideação suicida e situação profissional dos casais (com emprego/sem emprego) | 36 |

| | |
|--|-----------|
| Emoções positivas e negativas experienciadas e situação profissional dos casais (com emprego/sem emprego)..... | 36 |
| Correlação entre a ideação suicida e as emoções negativas experienciadas | 37 |
| Discussão dos Resultados | 39 |
| Considerações Finais | 47 |
| Referências Bibliográficas | 50 |

Índice de Figuras

Figura 1 – Frequência das habilitações literárias de acordo com a situação profissional

Figura 2 – Número de filhos consoante a situação profissional

Figura 3 – Duração do desemprego de acordo com o sexo

Figura 4 – Valor do subsídio de desemprego de acordo com o sexo

Figura 5 – Expectativa dos desempregados voltarem a ter emprego

Gráfico 1 – Percentagem da situação profissional do casal

Gráfico 2 – Percentagem do agregado familiar

Gráfico 3 – Gráfico do Rendimento de Inserção Social

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Média e desvio padrão das idades segundo o sexo

Tabela 2 – Distribuição do casal consoante a sua situação de desemprego

Tabela 3 – Distribuição por sexo da condição Primeira vez no Desemprego

Tabela 4 – Média da duração do desemprego

Tabela 5 – Consistência interna do Questionário das Emoções

Tabela 6 – Consistência interna da EASAVIC

Tabela 7 – Consistência interna do QIS

Tabela 8 – *T-Student* entre a Situação Profissional e a Ideação Suicida

Tabela 9 – *T-Student* entre a Situação Profissional e as Emoções Negativas

Tabela 10 - Correlação de *Pearson* entre as Emoções negativas e a Ideação Suicida

Lista de Abreviaturas

BCE – Banco Central Europeu

CE – Comissão Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

INE – Instituto Nacional de Estatística

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

RSI – Rendimento Social de Inserção

EU – União Europeia

Introdução

Actualmente, os efeitos provenientes da recessão económica mundial, fazem com que Portugal se encontre a atravessar uma das piores crises dos últimos anos. Apesar das inúmeras tentativas que têm sido feitas para o crescimento económico do país, a verdade é que somos confrontados com o aumento do desemprego, bem como com a redução do rendimento disponível, acarretando repercussões na vida dos indivíduos (Banco de Portugal, 2014; Paulo, 2011).

Como consequência dos efeitos negativos da crise, durante a última década foram cada vez mais o número de agregados familiares sem trabalho, diminuindo deste modo, o rendimento disponível para as famílias, e inevitavelmente o consumo destas, aumentando o *stress* financeiro e as taxas de poupança, perante as dificuldades inerentes. Não só aumentou o número de indivíduos no desemprego, como também os períodos de desemprego são cada vez mais longos (Cooper, 2013; Valletta, 2013). Estas implicações afectam, não apenas toda a condição subjectiva do indivíduo (Knabe & Rätzl, 2011), mas também estendem-se aos restantes membros da família (Pinheiro & Monteiro, 2007). Deste modo, o desemprego e a pressão económica acabam por exercer influência na satisfação e na qualidade conjugal, reflectindo-se na dinâmica conjugal e familiar (Maisel & Karney, 2012).

Perante o aumento das taxas de desemprego, são poucos os estudos a nível nacional que procuram perceber as implicações que o desemprego acarreta nas famílias portuguesas. Além disso, também se verifica uma escassez de estudos que tentam compreender o impacto na própria dinâmica do casal e na ressonância que detém na satisfação conjugal. Torna-se, ainda, interessante tentar compreender como é que o desemprego é vivenciado pelo homem e pela mulher, e qual o impacto que o desemprego detém quando é apenas um dos elementos do casal a se encontrar desempregado ou quando são os dois membros do casal em situação de desemprego. Deste modo, nesta dissertação tentar-se-á compreender qual a relação do desemprego com a satisfação conjugal e com a ideação suicida, assim como as emoções experienciadas.

Neste sentido, o presente trabalho inicia-se por uma revisão da literatura sobre as temáticas que nos propomos estudar, nomeadamente a crise económica e o desemprego, a relação e satisfação conjugal, a ideação suicida, bem como o impacto que o desemprego acarreta nestas mais diversas dimensões.

A partir da revisão da literatura, são apresentados os objectivos e as hipóteses de estudo. De seguida, é realizada a caracterização dos participantes e, posteriormente são expostos os resultados obtidos neste estudo, visando facultar respostas às hipóteses

formuladas. Por fim, realiza-se a discussão desses mesmos resultados, expõem-se algumas considerações finais e limitações do estudo, bem como sugere-se um conjunto de propostas para investigações futuras.

Enquadramento Teórico

O Mundo e a Crise Económica

A crise económica que se instalou nos últimos anos eclodiu uma colossal desarticulação e recessão na economia mundial, sobretudo após o seu ineludível colapso em 2008 (Banco de Portugal, 2014; FMI, 2009, citado por Stein, Abraham, Bonar, Leith, Kraus, Hamill, Gumber, Hoffman & Fogo, 2011; Paulo, 2011).

As suas nefastas repercussões difundiram-se pelo Mundo, pela Europa e, claro está, por Portugal sob diversas formas, impingindo a travessia por um período penosamente duradouro e economicamente deteriorante, somado de bastantes incertezas. Notoriamente, todo um conjunto de relações políticas, económicas e sociais são alvo de impacto e de metamorfose (Banco de Portugal, 2014).

A perspectiva europeia.

Precedida por consideráveis desequilíbrios macroeconómicos, a crise económica originária no sistema financeiro dos EUA, conjuntamente com inconstâncias de hegemonia económica e de domínio político, provocou uma contracção nas economias ocidentais. Consequentemente, tal repercutiu-se no decréscimo do PIB e da importância outorgada à UE no panorama mundial (Leite, 2010; Paulo, 2011).

Inevitavelmente, este fenómeno não é susceptível de explicação por causalidade linear (Paulo, 2011). Assim, um conjunto intrincado de causas correlativas torna-se elucidativo das razões subjacentes: problemas internos à Europa, nomeadamente, a estagnação económica associada à moeda única, défices na balança económica, a crise prolongada das finanças públicas dos estados-membros, o envelhecimento da população, a perda do poder competitivo e o crescimento económico dos países asiáticos e do hemisfério sul (Leite, 2010; Paulo, 2011). Tal culminou numa situação crescente de endividamento externo, face às ineficientes respostas nacionais, europeias ou mundiais, e numa perda de competitividade e desempenho económicos (Leite, 2010).

A realidade de Portugal.

Enquanto membro semiperiférico da UE, Portugal insere-se numa zona, globalmente, desprovida de relevância e nutrida de obstruções específicas, fruto das suas próprias particularidades e à sua vulnerabilidade a pressões externas (Leite, 2010). Neste sentido, os efeitos emergentes da recessão económica mundial, o ambiente frenético dos

mercados financeiros internacionais, a dívida da zona euro e uma má gestão das finanças públicas revelaram instabilidades macroeconómicas na economia portuguesa (Banco de Portugal, 2014). Portugal estava, assim, instalado na pior crise dos últimos anos, compelido a recorrer a um programa de assistência económica e financeira da UE, do FMI e do BCE (Banco de Portugal, 2014; Paulo, 2011). Embora as avaliações tenham revelado avanços no crescimento económico do país, efectivamente o aumento do desemprego e do endividamento, e a redução do rendimento disponível repercutem-se adversamente na cobrança de impostos, na economia e no apoio político e social tributário da efectuação deste programa (Paulo, 2011).

O baixo crescimento económico português provém de problemas estruturais, evidenciados na fraca competitividade face a mercados externos (Banco de Portugal, 2014). Por sua vez, predomina uma dicotomia entre o robusto endividamento das famílias, devido ao consumo e obtenção de bens imóveis, e a débil autonomia financeira das empresas portuguesas (Leite, 2010; Reis, Rodrigues, Santos & Teles, 2013).

Impacto social e psicológico da crise económica e do desemprego.

Com o despontar do novo século, a erosão da grande recessão enraizou-se nos anos recentes, sob a austeridade, convertendo o empobrecimento no seu recurso privilegiado e configurando uma tela indeclinável de redefinição de relações económicas e, principalmente, sociais (Reis, Rodrigues, Santos & Teles, 2013). Estas repercutem-se na supressão de emprego e aumento de desemprego, na carência de protecção social a desempregados e a outros sectores populacionais mais fragilizados, no incentivo à emigração e no aumento das desigualdades de rendimentos (Costa & Caldas, 2013).

Assim, o desemprego é entendido como uma situação que implica uma ausência de carga de trabalho, quase sempre involuntária, sendo uma condição potencialmente adversa de trabalho, com consequências ao nível pessoal e relacional da vida dos indivíduos (Vaz Serra, 2007).

Numa altura em que é perceptível a necessidade de aumento de investimento e diminuição da dívida externa, torna-se fundamental elevar o número de exportações, de modo a criar mais emprego e reforçar a inclusão social em Portugal (OCDE, 2014). Todavia, o número máximo de empregos criados registou-se em 2008, com 5 198 milhões de indivíduos empregados. Entretanto, até 2012 destruíram-se cerca de 479 mil postos de trabalhos, mantendo-se o ritmo durante o primeiro trimestre de 2013 (Costa & Caldas, 2013; Reis, Rodrigues, Santos & Teles, 2013). No que respeita à taxa média de desemprego,

repare-se que esta expandiu de 6,1%, em 2008, para 10%, em 2010 (Leite, 2010; OCDE, 2014; Paulo, 2011). No início de 2013 atingiu o ponto mais elevado da última década, situando-se nos 17,5% e decrescendo para 14% ao longo de 2014 (INE, 2015; OCDE, 2014). Assim, neste último ano, o número de desempregados correspondia a mais de 700 mil pessoas, das quais, no terceiro trimestre, 570 mil encontravam-se nesta situação há 8 anos ou menos (INE, 2015). Ressalve-se que, estes valores só não são mais arrebatadores atendendo à emigração de mais de 120 mil pessoas, em 2013, e de mais de 130 mil em 2014 (Costa & Caldas, 2013; INE, 2015).

O robusto crescimento das taxas de desemprego atingiu, significativamente, os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos (Banco de Portugal, 2014). Com efeito, tal deve-se a características dos fluxos de entrada e saída do desemprego dos indivíduos mais jovens (i.e., tentativas em encontrar o primeiro emprego ou a procura de um emprego melhor), existindo, naturalmente, uma maior instabilidade ocupacional (Banco de Portugal 2014). De acordo com o estudo realizado por Lundin, Lundber, Allebeck e Hemmingsson (2012), a experiência de desemprego encontra-se fortemente relacionada com a idade, apresentando um risco mais elevado os indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos. Relativamente ao sexo, são as mulheres que apresentam níveis inferiores de desemprego, em todas as idades. Segundo os dados do INE (2015), em 2014, eram 350 mil as mulheres desempregadas, comparativamente a 363 mil homens. Quanto ao estatuto socioeconómico, verifica-se uma maior acentuação em indivíduos de nível socioeconómico mais baixo (Lundin, Lundber, Allebeck & Hemmingsson, 2012).

Apesar das tentativas de implementação de reformas estruturais, os valores apresentam-se, ainda, elevados, patenteando um factor gerador de desigualdade e pobreza no nosso país (OCDE, 2014). Note-se que, nesta última década, o número de agregados familiares sem emprego aumentou, exponencialmente, traduzindo-se no decréscimo permanente do rendimento disponível para as famílias e no seu consumo, o que, por sua vez, aumentou as taxas de poupança (Banco de Portugal, 2014; OIT, 2013).

Inevitavelmente, o desemprego afecta toda a condição subjectiva do indivíduo, podendo, ainda, impactar na estabilidade do seu psiquismo, numa espécie de montanha russa produtora de diferentes reações emocionais, dependendo das experiências e atendendo à valorização laboral elaborada (Cook, 1991; Guiland & Monteiro, 2010; Knabe & Rätzl, 2011).

Os indivíduos desempregados, geralmente, experienciam três grandes tipos de *stress*: o financeiro, a saúde física e a saúde mental, sendo esta última mais comum entre os

desempregados (Chen, Li, He, Wu, Yan & Tang, 2012). Em consonância, a perda de emprego pode reverter-se num choque psicológico profundo, cujas consequências atingem o indivíduo e todo o seu contexto familiar. Estas não se limitam apenas a factores económicos, mas repercutem-se em prejuízos na auto-estima, e no desenvolvimento de doença mental depressiva e ansiedade (Chen et al., 2012; Classen & Dunn, 2009; Classen & Dunn, 2012; Cooper, 2013).

Ademais, a vastidão de literatura evidencia o impacto psicológico desta situação, que se faz acompanhar por uma diversificada vulnerabilidade de pensamentos e sentimentos negativos de tristeza, angústia, desânimo, desespero, medo, pânico, pavor, raiva, frustração, indignação, revolta, irritação, agressividade, vergonha, culpa, ressentimento e infelicidade. Progressivamente, assiste-se, também, a sentimentos de desvalorização pessoal, desilusão, derrotismo, fracasso, inutilidade, incompetência, inferioridade, inadequação e injustiça, que, por sua vez, traduzem-se numa perda gradual de optimismo, esperança, (auto)confiança e identidade. Face a estas indigências, a labilidade emocional apresenta-se pictórica de desorientação, desorganização, degradação, apatia, impotência, inibição, incerteza e ausência de perspectiva futura. Por último, sentimentos de desamparo e abandono repercutem-se num maior isolamento social e menor integração comunitária, culminando numa gradativa insatisfação com a vida (Alvaro, 1992; Borrero, 2014; Caleiras, 2008; Caleiro, 2011; Chahad & Chahad, 2005; Cook, 1991; Guiland & Monteiro, 2010; Hayes & Nutman, 1981; Hayhoe, 2006; Howe, Levy & Caplan, 2004; Kelvin, 1980, citado por Glyptis, 1989; Knabe & Rätzel, 2011; Lopes, 2011; Paul & Moser, 2009; Rodrigues & Rodrigues, 1987; Scheve, Esche & Schupp, 2013; Tumolo, 2002; Tumolo & Tumolo, 2004; Warr, Jackson & Banks, 1988).

Porém, a existência de factores protectores auxiliam os indivíduos no lidar com certos eventos de vida geradores de *stress*, como o desemprego, evitando consequências negativas. Neste caso, destaque-se características particulares como a auto-estima, a inteligência, as habilidades sociais, as estratégias de *coping*, a capacidade de resolução de problemas, o apoio familiar e o apoio social externo (Cunradi, Todd, Duke & Ames, 2009; Ramirez & Cruz, 2009).

Ainda que em exígua escala, existem também algumas reações positivas perante o desemprego, justificada pela perspectiva dos indivíduos em atribuir um novo rumo à sua carreira e diminuir a distância entre o seu mundo ideal e a realidade (Hayes & Nutman, 1981; Thomas, McCabe & Berry, 1980).

Indubitavelmente, a situação de desemprego abala a sensibilidade individual. Atendendo a que os pensamentos, emoções e sentimentos supramencionados revelam-se preditores da probabilidade de consequências para tendências de ação social e comportamental, e face ao propósito do presente estudo, tal evoca o alerta da possibilidade de sofrimento psicológico e cometer suicídio (Chen et al., 2012; Classen & Dunn, 2009; Classen & Dunn, 2012; Cooper, 2013; Scheve, Esche & Schupp, 2013).

O trabalho consiste numa condição *sine qua non* para a vida do indivíduo, quer em termos materiais, quer pelo próprio estatuto, identidade e reconhecimento social. Em situação de desemprego, torna-se evidente um distanciamento ou rupturas de sociabilidade, estabelecidas no trabalho, que afastam o indivíduo das suas referências quotidianas (Pinheiro & Monteiro, 2007).

Subsídio de desemprego e o rendimento social de inserção (RSI).

Em conformidade com o programa de assistência financeira estabelecido com o FMI, a CE e o BCE, Portugal teve de adoptar medidas alusivas à reforma das prestações de desemprego. Com efeito, o período contributivo mínimo para que o indivíduo afaça de subsídio de desemprego alterou de 15 para 12 meses, assim como abrangeram-se novos grupos de trabalhadores, designadamente, os independentes e que prestam serviços, maioritariamente, a uma entidade contratante (OIT, 2013). Adicionalmente, as famílias desempregadas e as famílias monoparentais, com menores a cargo, mereceram especial atenção, usufruindo de um aumento provisório de 10% no subsídio de desemprego de cada titular, desde que não recebam pensão de alimentos. Também o limite e o período máximo de atribuição deste subsídio sofreram uma redução: o primeiro, com um decréscimo de 10% após seis meses de desemprego; e, o segundo alterou de 900 para 540 dias, isto é, de 30 para 18 meses (OIT, 2013).

Irrefutavelmente, e atendendo aos dados do INE (2015), o número de indivíduos beneficiários do subsídio de desemprego tem vindo a aumentar. Em 2013, cerca de 655 mil pessoas usufruíram do mesmo e a sua duração média correspondeu a 224 dias.

Face ao aumento do número de desempregados, à precariedade do emprego, ao empobrecimento e a todas estas mudanças nas condições de atribuição das prestações sociais de desemprego, as suas taxas de cobertura têm diminuído. Por outras palavras, as famílias apresentam quebras nos seus rendimentos e têm recebido menor protecção social, dada a redução do número de titulares de abono familiar e do RSI (Costa & Caldas, 2013; Hespanha, Ferreira & Pacheco, 2013). Este último funciona como complemento do

subsídio mensal de desemprego, embora esteja condicionado à participação dos indivíduos num programa de inclusão social obrigatório, contendo formações de curta duração, diligências de retorno ao mercado laboral, frequência nas instituições de ensino das crianças do agregado familiar e o cumprimento dos planos de vacinação das mesmas. No ano de 2013 cerca de 360 mil pessoas receberam este rendimento, evidenciando a instância em aperfeiçoar e reforçar este tipo de programas, visando a integração destes indivíduos no mercado de trabalho (OCDE, 2014).

Teoricamente, o subsídio de desemprego eleva a continuidade de procura de emprego e, analogamente, o número de indivíduos à procura de emprego tem vindo a aumentar com o tempo (INE, 2015; Lim, 2011). Além disso, verifica-se um incremento acentuado da probabilidade de sair do desemprego previamente ao término do subsídio de desemprego (Røed & Zhang, 2005). Todavia, o número de indivíduos a tentar ingressar no mercado laboral, beneficiários de subsídio de desemprego, aumentou, significativamente (OIT, 2013). Ou seja, a procura de emprego intensifica-se aquando da aproximação do término de usufruto dos benefícios do subsídio de desemprego.

Duração do desemprego e as suas consequências.

A assolação da crise económica confrontou o panorama nacional e internacional com o aumento das taxas de desemprego e, concomitantemente, ampliou a durabilidade do mesmo (Cooper, 2013; Fountoulakis, Gonda, Dome, Theodorakis & Rihmer, 2014; Khang, Lynch & Kaplan, 2005; Valletta, 2013). Mais precisamente, verifica-se uma relação entre a queda acentuada do emprego e o incremento da incidência do desemprego de longa duração (igual ou superior a 12 meses), o que intensifica a inactividade laboral dos indivíduos, edificando-lhes barreiras no alcance de um novo emprego (Banco de Portugal, 2014; Chen et al., 2012; OIT, 2013; Valletta, 2013).

Evidentemente, o desemprego de longa duração afecta as capacidades individuais e acarreta custos sociais consideráveis (Banco de Portugal, 2014; Cooper, 2013). No que concerne às primeiras, assiste-se à paralisação dos indivíduos, apesar do seu dinamismo e qualificação, desvalorizando-se competências sociais, patrocinando-se a emigração como solução e fomentando-se, cada vez mais, fenómenos de pobreza e exclusão social (Banco de Portugal, 2014; Costa & Caldas, 2013). Quanto aos custos sociais, a própria sociedade é impedida de adoptar quaisquer posições estruturais transformadoras efectivas (Banco de Portugal, 2014). Simultaneamente, corrobora-se uma relação, expressiva, entre o impacto da duração do desemprego na satisfação com a vida. Deste modo, os indivíduos não se

preocupam somente com o risco de ficar ou estar desempregados, mas, também, com a hipótese de extensa durabilidade desta situação. Tal remete-nos para o impacto psicológico do desemprego, sendo este menor em indivíduos que já tenham experienciado a situação no passado (Knabe & Rätzl, 2011; Ochsén & Welsh, 2011).

O impacto do desemprego na ideação suicida.

A nível mundial, o suicídio é a segunda causa de morte mais comum entre os adultos com idades compreendidas entre os 24 e os 35 anos (OMS, 2013), e na Europa é dos principais problemas instigadores de morte prematura (Xavier, Baptista, Mendes, Magalhães & Caldas-de-Almeida, 2013). Denota-se, assim, a complexidade deste fenómeno (Gouveia-Pereira, Abreu & Martins, 2014), afectante de todas as culturas e sociedades e projectivo de uma realidade social (Gonçalves, Freitas & Sequeira, 2011).

Visando uma melhor intelecção do impacto do desemprego nos comportamentos suicidários, torna-se importante, primeiramente, explicitá-los e distingui-los.

Os comportamentos suicidários englobam formas distintas, como a ideação suicida, a tentativa de suicídio, o para-suicídio e o suicídio, cada uma com diferenças a nível do planeamento, motivação, psicopatologia associada e intencionalidade experimentada (Moreira, 2008). Este tipo de comportamento emerge quando o indivíduo se depara com diferentes situações geradoras de *stress* e ansiedade, sentindo-se incapaz de lidar com elas e resolvê-las (Khang, Lynch & Kaplan, 2005). Assim, abrange todo e qualquer acto por meio do qual o indivíduo provoca uma lesão em si próprio, independentemente do grau de intenção fatal e do conhecimento das verdadeiras razões (Moreira & Gonçalves, 2010). Naturalmente ambivalentes e relacionais, os comportamentos suicidários são, concomitantemente, pensamentos autodestrutivos, tentativas de comunicação e pedidos de ajuda para a mudança (Gouveia-Pereira, Abreu & Martins, 2014).

A ideação suicida reporta ao conjunto de cognições e comportamentos, em que o indivíduo intenciona terminar com a sua vida. Estas cognições vão desde pensamentos genéricos sobre a morte até ao planeamento do consumir do suicídio (Sampaio, 1991).

O para-suicídio diz respeito a uma tentativa de suicídio não concretizado, diferenciando-se pela intenção de morte nula ou muito baixa (Gonçalves, Freitas & Sequeira, 2011).

Relativamente ao suicídio, este relaciona-se com os comportamentos e pensamentos suicidas, conceptualizando-se como um acto voluntário, a partir do qual o indivíduo possui intenção e termina com a sua própria vida (Vieira, 2008).

O contexto social do indivíduo e as restrições associadas aos períodos de crise económica, tais como a perda de emprego, o lidar com a mudança de papéis influenciadora no reconhecimento identitário e no encaixe em grupos sociais, a queda do estatuto social e profissional, a incapacidade em alcançar objectivos profissionais, o endividamento, a necessidade de conter despesas e as privações económicas associam-se, positivamente, ao aumento do suicídio (Fountoulakis, Gonda, Dome, Theodorakis & Rihmer, 2014; Hayes & Nutman, 1981; Khang, Lynch & Kaplan, 2005; Lundin, Lundber, Allebeck & Hemmingsson, 2012; Stuckler, Basu, Suhrcke, Coutts & McKee, 2009). Outros factores de risco inerentes reportam ao consumo abusivo de álcool e substâncias, à doença mental, à dificuldade de acesso aos cuidados de saúde e ao divórcio (Classen & Dunn, 2009; Classen & Dunn, 2012; Garcy & Vågerö, 2013; Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2010).

Na Europa, verifica-se um aumento das taxas de morte por suicídio desde 2007 (Karanikolos, Mladovsky, Cylus, Thomson, Basu, Stuckler, Mackenbach & McKee, 2013), correspondendo a 68% para os homens e a 34% para as mulheres, com idades compreendidas entre os 35 e os 64 anos (Khang, Lynch & Kaplan, 2005). Em Portugal, no ano de 2012, a taxa de suicídio correspondia a 6,3% (INE, 2015).

Uma associação da taxa de mortalidade com o desemprego é realçada por Serra (2011), sendo esta 20% a 30% superior à que se verifica na população geral. Concordantemente, Chang, Stuckler, Yip e Gunnel (2013) demonstram que indivíduos desempregados têm 2/3 de maior risco de suicídio. Um outro estudo efectuado a 26 países da UE, acerca dos efeitos das crises nos últimos 30 anos, atestou as relações existentes entre a perda de emprego e o aumento da taxa de suicídio, e entre o aumento do desemprego e o incremento de mortes prematuras por violência intencional. Constatou-se, ainda, que um aumento de 1% na taxa de desemprego implicava um rápido aumento de 0,79% na taxa de suicídio em idades inferiores a 65 anos (Stuckler, Basu, Suhrcke, Coutts & McKee, 2009). Existe, ainda, uma preponderância dessas taxas em homens com idades compreendidas entre os 35 e os 64 anos (Khang, Lynch & Kaplan, 2005; Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2010), verificando-se um possível efeito de sexo nas tendências suicidas e nos efeitos psicossociais dos desempregados (Garcy & Vågerö, 2013).

Neste sentido, inúmeros estudos na literatura evidenciam-nos que a perda de emprego exerce grande influência e revela-se predictiva de comportamentos suicidas e ideação suicida, corroborando a relação causal entre a perda de emprego/desemprego e a saúde mental/suicídio (Classen & Dunn, 2012; Fergusson, Boden & Horwood, 2007;

Fountoulakis, Gonda, Dome, Theodorakis & Rihmer, 2014; Lundin, Lundber, Allebeck & Hemmingsson, 2012; Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2010).

Simultaneamente, o estudo de Garcy e Vågerö (2013) sugere um papel directo do desemprego, cuja perda de controlo e *stress* resultantes, aumentam a vulnerabilidade de suicídio, especialmente em situações de longa duração. Deste modo, verifica-se que a duração do desemprego constitui o determinante mais importante no aumento do risco de suicídio, não se relacionando de forma tão expressa com as experiências de desemprego ou a perda de emprego em si (Fountoulakis, Gonda, Dome, Theodorakis & Rihmer, 2014). Isto é, a probabilidade de cometer suicídio não se encontra relacionada ao período imediato à perda de emprego. Pelo contrário, quanto maior a duração do desemprego, mais elevadas são as taxas de ideação suicida, tentativas de suicídio e de suicídio, tanto em homens como em mulheres (Classen & Dunn, 2012; Fergusson, Boden & Horwood, 2007). Todavia, períodos de desemprego superiores a 90 dias associam-se ao suicídio de indivíduos do sexo masculino, enquanto durações iguais ou inferiores a 90 dias associam-se ao suicídio de indivíduos do sexo feminino (Lundin, Lundber, Allebeck & Hemmingsson, 2012).

Ainda mais, a evidência empírica revela o impacto do desemprego no para-suicídio, ao demonstrar que este tipo de situação profissional conduz os indivíduos a uma maior propensão para aumentar os consumos de álcool, tabaco, drogas e outro tipo de hábitos de risco, como forma de mitigar os sentimentos de sofrimento psíquico (Vijayasiri, Richman & Rospenda, 2012; Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2010). Saliente-se, ainda, o incremento da mortalidade associada a estes consumos (Murali & Oyeboode, 2004), e a diminuição da qualidade de vida, bem-estar e de saúde geral e mental. Adicionalmente, o desemprego cultiva a incerteza perante o futuro, traduzindo-se num aumento significativo dos níveis de *stress*, comportamentos de risco e suicidas (Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2010).

A medição do risco de suicídio é auxiliada por factores de protecção e de risco, já que a sua prevenção efectua-se através do reforço dos primeiros e redução dos segundos. Considerando o desemprego um factor de risco, no seu invólucro protector, destacam-se um suporte familiar e social, as boas relações interfamiliares, padrões de vinculação seguros, competências e vínculos sociais (Gonçalves, Freitas & Sequeira, 2011). Por outro lado, uma fraca capacidade de procura de emprego, períodos longos de desemprego, dificuldades financeiras e pouca disponibilidade para o trabalho constituem-se sérios factores de risco na adaptação ao desemprego (Dimas, Pereira & Canavarro, 2013). Geralmente, indivíduos com comportamentos suicidas exibem ausência ou um fraco

suporte social e familiar. Contrariamente, aqueles que vivem com um companheiro e possuem uma rede ou vinculação social revelam uma menor probabilidade deste tipo comportamental (Gonçalves, Freitas & Sequeira, 2011).

Atendendo a estes aspectos, o risco de suicídio aumenta ou diminui em função das estratégias empregues pelo indivíduo no enfrentar dos seus problemas, fomentadores do seu sofrimento (Gonçalves, Freitas & Sequeira, 2011).

A Relação Conjugal

O ciclo vital da família inicia-se com a formação do casal, momento coincidente com o nascimento de um novo sistema familiar com funções e padrões transacionais peculiares. Atendendo à perspectiva sistémica, é construída uma outra unidade ou entidade com características próprias, o que não implica uma sucessão definitiva entre o novo sistema e a família de origem (Relvas, 1996).

A formação de um casal surge aquando do comprometimento de dois indivíduos numa relação duradoura no tempo, consistindo o casamento na assunção do compromisso e na criação de um novo modelo relacional próprio. Este é um processo de mudança contínua e de co-construção desse mesmo modelo, envolvendo, além dos dois indivíduos, um equilíbrio relacional constante com terceiros (Relvas, 1996). Todavia, ocorre, prévia e concomitantemente, a escolha do parceiro, aquele com quem se quer construir uma família, e a selecção da família de origem do mesmo. Isto é, não se trata apenas da união entre dois indivíduos, mas na interligação de dois sistemas resultante de reações conscientes e inconscientes que permitem entender as expectativas relevantes no momento da escolha (Relvas, 1996).

Entre a multiplicidade de funções do casal destaque-se, primeiramente, a criação de um sentimento de pertença, remetendo a aspectos como a complementaridade e a adaptação recíproca. Em segundo plano, releve-se o desenvolvimento de limites e fronteiras que salvaguardem o casal de outros elementos (e.g., família de origem e/ou filhos) e que contribuam para a satisfação das suas necessidades psicológicas. Estes auxiliam, ainda, no lidar com o *stress* intra e extrafamiliar e servem de modelo relacional no estabelecimento de futuras relações de intimidade e no crescimento dos filhos (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). Embora a parentalidade toque de perto com a conjugalidade, não se confunde com esta (Relvas, 1996).

Em consonância, a formação do casal implica negociação e estabelecimento de regras. Tal visa a definição de uma estrutura inter-relacional integradora das normas,

expectativas e valores provenientes de cada família de origem, e a delimitação concreta do espaço físico e psicológico do casal (Relvas, 1996). A criação desta estrutura relaciona-se com a resolução do conflito conjugal, surgente em maior ou menor grau inelutavelmente, e não com a sua presença ou ausência. Neste sentido, o conteúdo do conflito reside, essencialmente, nas principais áreas de redefinição dos limites ou fronteiras do subsistema. Torna-se, assim, relevante o equilíbrio entre a maior ou menor abertura destes, pois quando o subsistema conjugal é invadido por terceiros pode converter-se numa relação disfuncional; e, caso seja demasiado fechado (e.g., corte com a família de origem e com a rede de suporte), dificulta o cumprimento de tarefas (Relvas, 1996). Destarte, a relação única e exclusiva com o parceiro poderá encaminhar-se no sentido de fusão-dependência ou de conflitualidade permanente. Porém, qualquer que seja o conflito, a tentativa de resolvê-lo subordina-se à possibilidade e capacidade metacomunicativa entre os elementos do casal (Relvas, 1996).

Inevitavelmente, o desempenho dos papéis conjugais requer um conjunto de pressupostos respeitantes à sexualidade, maturidade, fidelidade e divisão do trabalho. Contudo, a existência de uma série de mitos em torno do casamento e da formação do novo casal poderão decepcionar e impedir a resolução de conflitos emergentes e a adequada evolução da relação conjugal. Na sociedade atual, o casamento é ainda percebido como factor de estabilidade e enriquecimento individual (Relvas, 1996). Existem inúmeras relações conjugais em que o casamento coadjuva como compensador de um sentimento de vazio ou de falta (e.g., procura de companhia, necessidade de segurança relacional e convivência), como forma de libertação da família de origem e por necessidade de satisfação de expectativas criadas (Bornstein, citado por Relvas, 1996; Relvas, 1996). Também é possível salientar que alguns indivíduos decidem casar-se acreditando que é por amor, mas este, por si só, não responde a todas as exigências da vida conjugal. Na realidade, fazem-no por necessidades inconscientes (i.e., de sexo, apoio e aprovação), enquanto a inteligência, a informação e a competência prevalecem como aspetos fundamentais, pois a conjugalidade implica a aperceção do respeito por si próprio e pelo outro na manutenção e consolidação do amor (Relvas, 1996).

Uma das temáticas centrais para a compreensão da conjugalidade inclui a satisfação conjugal. Pois é a partir da percepção do casal, enquanto tecido relacional em permanente criação e no qual se enredam semelhanças e diferenças, proximidades e distâncias, complementaridades e simetrias, que emerge o veredito de maior ou menor satisfação conjugal (Narciso & Costa, 1996). Assim, a satisfação resulta de uma avaliação subjectiva e

pessoal de cada elemento do casal sobre a sua relação conjugal (Thompson, 1988, citado por Narciso & Costa, 1996).

Todavia, nesta avaliação e concepção sistémica influem múltiplos factores centrípetos, centrífugos e de tempo ou percurso de vida. Os centrípetos respeitam aos processos relacionais do *holon* conjugal, nomeadamente, os afectivos (e.g., atração, amor, intimidade, compromisso, envolvimento emocional), os cognitivos (e.g., pressupostos e padrões, percepções, atribuições, expectativas, necessidades, suporte e tomada de decisão) e os comportamentais (e.g., comunicação, conflitos e sua resolução, e controlo relacional). Já os centrífugos subdividem-se em contextuais (e.g., família de origem, rede social, trabalho e componentes demográficos contextuais) e pessoais (e.g., características de personalidade, padrões de vinculação, componentes demográficos individuais). Por fim, a temporalidade é um conceito multidimensional, abrangedor de aspectos registados desde o momento de ocorrência dos acontecimentos, normativos ou não normativos, até à “idade” da relação e do casamento (Narciso, 2001; Narciso & Costa, 1996; Narciso & Costa, 2001; Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt & Sharlin, 2004; Wilhelm & Oliveira, 2011).

Uma eficaz integração e interdependência destes factores, decorrentes da congruência entre as expectativas que cada um possui e a realidade vivida no seio do casal, conduzem ao aumento da satisfação conjugal. Esta, por sua vez, associa-se a uma panóplia de sentimentos de prazer, bem-estar e felicidade (Narciso, 1994; Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt & Sharlin, 2004; Wilhelm & Oliveira, 2011), e é por isso um factor bastante importante na relação conjugal.

A conjugalidade reporta a um dos aspectos mais afectantes no decorrer do percurso de vida do indivíduo, independentemente da conotação positiva ou negativa que a situação comporte. Portanto, o casal encontra-se, constantemente, em formação, confinando o seu modelo através de uma tarefa de redescoberta (Relvas, 1996).

Crise e *stress* familiar.

O sistema familiar e, igualmente, o sistema conjugal, confronta-se com dois tipos de pressões: as internas, ocorrentes com as alterações implícitas ao desenvolvimento dos elementos do sistema e subsistema; e, as externas, relacionadas com as imposições adaptativas dos membros às instituições sociais que lhes influenciam (Alarcão, 2006). Por sua vez, estas induzem *stress* e originam crises que interferem na homeostase familiar (Relvas, 2005). Por um lado, existem as crises naturais que são esperadas e têm alguma previsibilidade, pois estão interligadas ao ciclo vital da família. E, por outro lado, existem as

crises acidentais (e.g., a crise económica e a situação de desemprego) que têm uma ressonância emocional mais negativa face ao seu carácter inesperado (Alarcão, 2006; Relvas, 2005).

As crises ocorrem aquando da existência de ameaça ao sistema, pois ocorrem, obrigatoriamente, alterações na família (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). Além disso, estas podem ser consideradas funcionais, quando induzem no sistema familiar crescimento e evolução; ou disfuncionais, aquando do efeito inverso (Minuchin, 1979). Em momentos de crise, o sistema passa a ser disfuncional, moldando-se para recriar novos modelos adaptativos e padrões relacionais para responder ao *stress*. Daí que as famílias se diferenciem no modo como são capazes de elaborar as crises e de encontrar formas conducentes à reestruturação familiar, estabilidade e maior flexibilização (Alarcão, 2006; Relvas, 1996).

Na perspectiva de Minuchin (1979) existem quatro tipos de situações indutoras de *stress* familiar: 1) o contacto de um elemento da família com uma fonte de *stress* extra-familiar; 2) o contacto de todo o sistema familiar com uma fonte de *stress* extra-familiar; 3) o *stress* associado aos períodos de transição do ciclo vital familiar; e, 4) o *stress* provocado por problemas específicos. Perante os eventos stressantes procedentes da crise económica e do desemprego ressalve-se a possível ocorrência de um dos dois primeiros tipos de situação. Na primeira, e perante a eminência de um elemento familiar vir a perder o emprego ou estar desempregado (situação de crise), os restantes membros também sofrem com essa pressão, desenvolvendo estratégias e ocorrendo mudanças para um melhor enfrentamento do problema (Minuchin, 1979). Uma função da família é apoiar os elementos que a compõem face a pressões externas, daí que a transversalidade do evento requiera um ajuste individual e familiar (Alarcão, 2006; Minuchin, 1988). Aquando da situação de desemprego de um dos cônjuges, as transações entre ambos permitem minorar o efeito do *stress* que ocorre no próprio (Minuchin, 1988). Inicialmente, o outro poderá afastar-se para, posteriormente, apoiá-lo. Porém, também poderá suceder um contra-ataque, com o ingresso dos cônjuges numa escalada e, em seguida, numa metacomunicação, facilitando o apoio mútuo (Alarcão, 2006). Em caso de irresolução pelo casal, a coesão familiar torna-se disfuncional, conduzindo, por exemplo, ao divórcio. E se desbloquearem o seu conflito projectando para os filhos, visando a protecção do subsistema conjugal, criam uma transgressão intergeracional desadequada para o funcionamento familiar (Alarcão, 2006). Quanto à segunda situação (e.g., depressão económica e desemprego de vários membros familiares, provocando a sua relocação num meio onde não possuem referências pessoais, e/ou a necessidade de emigrar), a família

poderá encontrar formas de se apoiar mutuamente, evidenciando a necessidade de ocorrerem mudanças nos seus padrões funcionais ou, devido à incapacidade de resposta, pode provocar danos no sistema (Alarcão, 2006).

A crise económica e o desemprego parecem ter repercussões importantes na dinâmica interfamiliar, especialmente, no desenvolvimento dos filhos e nas relações conjugais (e.g., diminuição do número de filhos, incapacidade de satisfação de necessidades básicas de educação, habitação, segurança, cuidados de saúde e qualidade de vida, dificuldades na gestão económica dos orçamentos familiares face às avultadas despesas, aumento do número de divórcios, conflitos conjugais, desorganização familiar, reações emocionais, entre outras) (Conger, Conger, Elder, Lorenz, Simons & Whitbeck, 1992; Sant, 1997). Neste sentido, perante situações de crise, os indivíduos tornam-se mais dependentes das relações familiares, porque essas relações, quando funcionais, podem ajudar a encontrar o caminho para a superação das dificuldades ou, pelo contrário, podem aumentar o peso dos problemas (Caplan, 1980).

A história da vida da família consiste na história da progressão dos seus momentos de crise e períodos transacionais, bem como da evolução ou percalços que a sua elaboração possui no ciclo vital e na interligação geracional (Relvas, 1996).

Impacto do desemprego na relação conjugal.

Desde tempos remotos os papéis desempenhados pelos cônjuges evidenciavam desigualdades significativas. O homem assumia-se como o único responsável pela subsistência financeira familiar, proporcionando a sua estabilidade e qualidade de vida, e estando a sua figura, incessantemente, articulada ao trabalho. Contudo, a emancipação da mulher reverteu-se numa redistribuição deste poder económico, na mudança de papéis e na manutenção familiar, demonstrando algumas dificuldades e perdas significativas na posição que, até então, ele ocupava (Levy & Gomes, 2008).

A situação de desemprego, enquanto evento de vida stressante, provoca não só a perda do poder económico familiar, como também afeta, profundamente, a autoimagem masculina. Considerando que esta sempre esteve associada ao sustento da família, evidencia-se que as suas repercussões transcendem as dimensões individuais e recaem gravemente sobre a relação conjugal, inculcando-a de momentos de grande sofrimento e perda de recursos (Kalil, 2009; Levy & Gomes, 2008; Nuttman-Shwartz & Gadot, 2012). Denote-se que os efeitos mais drásticos do desemprego não provêm da tensão financeira ou do desemprego em si, mas da perda de identidade e da responsabilidade financeira

familiar (Weckström, 2012). Por conseguinte, tal poderá reverberar-se numa pobre saúde mental e em mudanças na relação, satisfação e qualidade conjugal, no estilo relacional com os filhos e em todas as dinâmicas familiares (Maisel & Karney, 2012).

Nem todas as famílias são afectadas de igual modo pelas experiências de perda de trabalho e desemprego (Kalil, 2009). As suas influências recíprocas, capacidades adaptativas e de gestão do *stress* daí advindo dependem da sua auto percepção acerca da sua situação financeira (i.e., quanto mais positiva, maior o grau de facilidade) (Sano, Dolan, Richards, Bauer & Braun, 2008; Song, Foo, Uy & Sun, 2011). Indubitavelmente, esta situação acarreta efeitos imediatos, prejudicando a economia por longos períodos de tempo. Postula-se, ainda, que as suas consequências estendem-se desde o indivíduo desempregado até aos restantes membros familiares (Pinheiro & Monteiro, 2007; Song, Foo, Uy & Sun, 2011). Quando um cônjuge experiencia dificuldades económicas e, conseqüentemente, sofrimento individual, tal reflecte-se de forma similar no casal. Ademais, o conflito conjugal afigura-se num elemento significativo do funcionamento familiar e é notório por deter efeitos adversos no ajustamento e bem-estar dos filhos. Deste modo, a associação entre o desemprego e o *stress* conjugal poderá ocorrer por meio do *stress* psicológico da perda de emprego (Kalil, 2009).

Nos estudos de Rocha, Carvalho e Barreto (1999) e de Vasconcelos e Oliveira (2004), citados por Pinheiro e Monteiro (2007), verificou-se que as repercussões do desemprego infligem-se nas relações sociais, autoconfiança individual, desorganização e desequilíbrio das relações familiares, quebra de vínculos afectivos, separações, retorno à família de origem, e no aparecimento de doenças novas ou intensificação de algumas pré-existentes. Simultaneamente, factores geradores de *stress* no meio familiar, tais como a situação profissional da família, provocam mudanças nos seus recursos, essencialmente em termos económicos, incitando dinâmicas familiares mais agressivas (Yoder & Hoyt, 2005). Por sua vez, a existência de maior tensão económica na família eleva os níveis de *stress* emocional e de conflitos, impactando, negativamente, não só a relação conjugal, como também as relações pais-filhos e o bem-estar psicológico de todos os membros familiares (Stein et al., 2011).

Face ao supramencionado, os efeitos do desemprego ressoam-se na exigência de diversos recursos à família, sobretudo ao cônjuge, como resposta às dificuldades, directamente vividas pelo indivíduo desempregado. Enquanto principal fonte de apoio, o cônjuge poderá deter uma maior sobrecarga e exigência emocional, traduzindo-se num bem-estar geral similar ao deste último. Destarte, poderão surgir maiores dificuldades na

conjugação de papéis familiares e profissionais, afectando a própria relação conjugal, a saúde mental e o bem-estar dos cônjuges de indivíduos desempregados (Dimas, Pereira & Canavarro, 2013).

Tradicionalmente, apesar de resultados incongruentes (Song, Foo, Uy & Sun, 2011), a diferença de géneros no impacto psicológico do desemprego revela-se mais desfavorável para os homens, comparativamente às mulheres. Poderá ser explicativo o facto de estes permanecerem mais tempo em casa e, conseqüentemente, deterem mais oportunidades de interações negativas com as suas esposas e filhos (Cunradi, Todd, Duke & Ames, 2009; Weckström, 2012). Além disso, Artazcoz, Benach, Borrell e Cortès (2004) ressaltam que, em situação de desemprego, as responsabilidades familiares das mulheres e o seu papel cuidador da casa e dos filhos podem substituir os seus empregos, sob um efeito protector, atribuindo um novo sentido e significado às suas vidas, e estruturando o seu tempo, estatuto e atividades. Contrariamente, e face aos papéis tradicionais do homem, a estigmatização e os efeitos adversos na saúde mental são fomentados, o que poderá potenciar uma maior instabilidade e dissolução conjugal. Deste modo, é possível considerar-se que a perda de emprego nas mulheres, em oposição aos homens, não se repercute de forma tão negativa na qualidade conjugal, o que minimiza os conflitos conjugais e a interferência nos padrões relacionais familiares (Chahad & Chahad, 2005; Kalil, 2009; Waters & Moore, 2002; Wilhelm & Ridley, 1988, citados por Dimas, Pereira & Canavarro, 2013).

Ademais, o estudo de Weckström (2012) corroborou, ainda, que homens casados e com filhos experienciam de modo mais negativo os efeitos do desemprego na relação conjugal, por oposição aos que não têm filhos. Uma explicação plausível deve-se aos eminentes níveis de tensão financeira naqueles que têm uma criança a viver consigo. Por razões evidentes, as circunstâncias financeiras negativas, resultantes do desemprego, afectam o estado emocional dos progenitores e, conseqüentemente, o dos seus filhos e a qualidade das interações familiares (Conger et al., 1992).

A família é uma importante fonte de identidade para os indivíduos desempregados (Weckström, 2012). Daí que o suporte conjugal se assuma como um recurso influente na crença da relevância da continuidade do comportamento de procura de emprego, enquanto actividade benéfica e necessária, e na saúde mental e física individual. Associadamente, evidencia-se que níveis elevados de suporte familiar e social relacionam-se com eminentes níveis de resiliência e de expectativas positivas (Slebarska, Moser & Gunnesch-Luca, 2009; Song, Foo, Uy & Sun, 2011).

De acordo com Westman (2001), citado por Song, Foo, Uy e Sun (2011), um menor suporte conjugal é demonstrado quando a díade experiencia *stress*. Isto é, cônjuges stressados manifestam maior hostilidade comportamental e menor suporte, o que, por sua vez, aumenta os níveis de *stress* do outro cônjuge. Pois, as reações ao *stress* ocorrem num processo de *crossover*, resultando na passagem de sintomas entre o casal (i.e., transferência e sincronização de experiências afectivas). Refira-se também que, cônjuges desempregados experienciam stressores advindos da perda de emprego que poderão estender-se ao cônjuge empregado, exposto a stressores adicionais provenientes do trabalho-família e família-trabalho. Portanto, é possível que a tensão financeira diária e a experiência negativa de procura de emprego se relacionem, positivamente, com a experiência de *stress* do cônjuge desempregado. Assim, o suporte conjugal serve de auxiliar na mitigação do impacto da pressão financeira nos níveis de *stress* do casal, através do encorajamento de comportamentos positivos, atitude cooperativa e demonstração de sensibilidade (Song, Foo, Uy & Sun, 2011).

Dado o exposto, afere-se que indivíduos com maior grau de satisfação conjugal não são tão afectados pelo *stress* do cônjuge, e, além disso, detêm um maior número de estratégias de *coping*. Inversamente, cônjuges com problemas conjugais expressam, em geral, mais emoções negativas. Com efeito, a satisfação conjugal adjuva na moderação do *stress* entre cônjuges, elevando o *crossover* do *stress* nos casais que se encontram mais insatisfeitos (Song, Foo, Uy & Sun, 2011).

Tendencialmente, os homens afastam-se emocionalmente das interações conjugais, enquanto as mulheres predispõem-se ao confronto e ao desabafo da raiva perante os cônjuges (Song, Foo, Uy & Sun, 2011). Isto é, homens que experienciam maior satisfação conjugal minoram os seus comportamentos de zanga face às esposas, após dias laborais stressantes. Em circunstâncias idênticas, as mulheres demonstram a situação antagónica (Schulz, Cowan, Cowan & Brennan, 2004).

Ao nível dos papéis sociais está subjacente a diferença entre homens e mulheres, daí que, possivelmente, detenham respostas distintas perante o trabalho, o desemprego, as responsabilidades familiares e o *stress* conjugal (Song, Foo, Uy & Sun, 2011).

Atendendo às exigências hodiernas laborais e da vida, a conciliação entre o trabalho e a família intensifica-se e complexifica-se gradativamente, dificultando a produção e alcance de um equilíbrio que não comprometa nenhum dos dois (Dimas, Pereira & Canavarro, 2013). Logo, é irrevogável que casais expostos a situações stressantes, como o

desemprego, detenham maior probabilidade de apresentarem níveis mais baixos de satisfação conjugal (Wilhelm & Oliveira, 2011).

Consequências do desemprego na satisfação conjugal e na ideação suicida.

Face ao supramencionado, denota-se que o emprego assume um grande relevo na organização da vida familiar e social, pois é um meio privilegiado de rendimento e de autoestima, pelo que a precariedade de rendimentos instigada pelo desemprego é causadora de instabilidade e exclusão social dos indivíduos e suas famílias (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007). Por sua vez, a diminuição da socialização familiar traduz-se num maior fechamento entre o meio familiar e o exterior, podendo, conjuntamente com a situação de desemprego, corresponder a um factor de risco para o suicídio e/ou ao aumento dos comportamentos suicidas nos membros da família (Kölves, 2010; Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2010). Tal é notório, especialmente, quando estamos perante indivíduos que não possuem ou possuem um fraco suporte familiar. Daí que, a presença deste apoio e padrões de vinculação seguros se revelem imprescindíveis e essenciais na redução de procederem suicidas (Gonçalves, Freitas & Sequeira, 2011).

São vários os autores que atestam uma maior ideação suicida nas famílias em que pelo menos um dos elementos se encontra desempregado, comparativamente às que ambos os elementos trabalham, comprovando-se que os níveis de ideação suicida estão relacionados com a situação profissional da família (Apter, Bursztein, Bertolote, Fleischmann & Wassermann, 2009; Caycedo, Arenas, Benítez, Cavanzo, Leal & Guzmán, 2010; Conger, Lorenz, Elder, Melby, Simons & Conger, 1991; Conger, Ge, Elder, Lorenz & Simons, 1994; Kentikelenis, Karanikolos, Reeves, McKee & Stuckler, 2014).

Isto porque o sistema familiar e conjugal apercebe-se da diminuição do nível de recursos e qualidade de vida, decorrentes das dificuldades económicas da perda de emprego. Tal provoca tensão nos relacionamentos, influenciando consequências graves na família, tais como o aumento de separações e divórcios, de conflitos e desorganização familiar, de violência doméstica, abuso de substâncias, desencadeamento de reações emocionais (e.g., frustração e raiva) e alterações de humor, vivência de desânimo e insegurança, e pensamentos suicidas, o que se repercute negativamente nas relações do casal e na sua satisfação (Classen & Dunn, 2009; Conger et al., 1992; Guiland & Monteiro, 2010; Jensen & Smith, 1990; Kadushin & Martin, 1988; Kalil, 2009; Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2010).

A instabilidade e o sofrimento emocional vivido pelo casal traz efeitos adversos sobre a sua satisfação conjugal, sobretudo se não foram trilhados caminhos para resolver a situação financeira, havendo desacordos e desentendimentos incitantes à instabilidade e “óbito” da relação conjugal (Fox & Chancey, 1998; Gudmunson, Beutler, Israelsen, McCoy & Hill, 2007). Assim, as tensões financeiras afectam o bem-estar da relação conjugal, sendo a sua estabilidade um bom indicador para a dinâmica do casal (Vinokur, Price & Caplan, 1996).

A nível diádico, Kinnunen e Feldt (2004) verificaram que um dos principais factores de tensão na vida conjugal tem por base a incapacidade de satisfação das necessidades económicas básicas, devido à redução dos rendimentos do casal. Deste modo, as tensões económicas degradam o ajustamento e a satisfação conjugal, com uma tendência interactiva mais negativa e efeito de transmissão no outro cônjuge, sensação de perda de controlo e independência, redução da qualidade de vida, relacionada com angústias psicológicas, podendo conduzir a uma perda de sentido para a vida (Conger, Wallace, Sun, Simons, McLoyd & Brody, 2002; Lee, Hahm & Park, 2013; McKee-Ryan, Song, Wanberg & Kinicki, 2005; Serra, 2011; Vijayakumar, 2004; Waters & Moore, 2002; Weckström 2012). Todavia, as transações entre o casal, isto é se mantêm uma relação positiva, saudável e equilibrada, a cooperação e o apoio que dão um ao outro, podem constituir um factor atenuante e protector do *stress* e da ideação suicida (Brown & Vinokur, 2003; Howe, Levy & Caplan, 2004; Lee, Hahm & Park, 2013; Minuchin, 1988). Assim, o desemprego afecta os indivíduos, mas as compensações obtidas pela sã interação e funcionalidade do sistema familiar (i.e., capacidade de coesão, flexibilidade, comunicação e satisfação) protegem da adversidade e contribuem para a utilização de recursos que, naturalmente, possui no caminho da superação e na prevenção da vulnerabilidade a sentimentos negativos e ao suicídio (Caplan, 1980; Garcy & Vägerö, 2013; Minuchin, 1988; Relvas, 2005). Não obstante, a deterioração do funcionamento familiar é um fator de peso para tal intento, pois os conflitos existentes no seio da família são um factor de risco relevante no desenvolvimento de condutas autodestrutivas nos indivíduos (Santí & Betancourt, 2000; Shaffer & Pfeffer, 2001).

Ademais, as tensões financeiras percebidas, como sejam a capacidade que se tem, ou não, para fazer face às despesas diárias, influenciam o estado emocional e a qualidade da relação conjugal, encaminhando a estados de desmoralização e pessimismo, interferindo na qualidade das relações familiares e afectando, de igual modo, o estado de espírito do homem e da mulher (Conger et al., 1992). Em consequência, um estado de

espírito negativo empadroa-se num comportamento irritadiço e hostil para com os familiares mais próximos, influenciando, negativamente, o casal e os filhos, e repercutindo-se na qualidade e envolvimento educacional, ao reduzir o investimento na educação juvenil. Pois, um casal demasiado absorto nos seus conflitos, fruto das dificuldades económicas, tem menos tempo e energia disponível para o papel de educador (Conger et al., 1992; Downey & Coyne, 1990; McLoyd, 1989; Patterson, 1982).

Os períodos de incerteza que estas famílias vivem quanto ao futuro provocado pela situação de desemprego, conduz, igualmente, a um aumento significativo dos níveis de conflitos, *stress*, tristeza e agressividade que, como consequência, potenciam os comportamentos e ideias suicidas. Por imitação ou internalização destas cognições, tal pode atingir todo o “núcleo familiar” (Conger, Elder, Lorenz, Conger, Simons, Whitbeck, Huck & Melby, 1990; Conger, et al., 2002; Kølves, 2010; McLoyd, 1989; Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2010). Porém, vários estudos ressaltam a inexistência de diferenças entre os vários elementos da família, pois aquando da sua exposição a situações de *stress*, como o desemprego, tornam-se de igual modo mais vulneráveis à formação de ideias suicidas, como um todo (Apter, Bursztein, Bertolote, Fleischmann & Wassermann, 2009; Caycedo, et al., 2010; McLoyd, 1989; Osiamo, Lahelma & Lönnqvist, 2002; Rodriguez & Cohen, 1998; Welz, Veivel & Häfner, 1988).

Sendo a família um sistema, é suscetível a alterações. Se um dos seus elementos família passa por vicissitudes, o equilíbrio, do próprio e do sistema, é alterado num jogo complicado de implicações, ações e retroações (Alarcão, 2006). Quando, numa família, pelo menos um dos elementos do casal fica desempregado há necessidade de lançar mão dos recursos existentes, para fazer face às alterações que ocorrem no seio familiar. Contudo, pouco se sabe sobre a forma como o desemprego afeta o casal, porque a literatura ainda é parca nos efeitos do *stress* na família.

Até ao momento, não se encontrou nenhum artigo que associasse o impacto do desemprego na satisfação conjugal com a ideação suicida. Neste sentido, torna-se importante perceber se existe maior ideação suicida nos indivíduos que apresentam menor satisfação conjugal, aquando da situação de desemprego.

Objectivos e Hipóteses de Estudo

Com base na revisão da literatura apresentada nos capítulos anteriores, este estudo pretende perceber o impacto do desemprego na satisfação conjugal e na ideação suicida no casal. Neste sentido, visa-se analisar se os níveis de satisfação conjugal e ideação suicida variam em função da situação profissional do casal e dos elementos do mesmo. Um outro objectivo reporta ao compreender se as emoções positivas e negativas experienciadas variam consoante a situação profissional e dos elementos do casal.

De forma a enriquecer os resultados, entender essas diferenças quando é apenas um dos elementos do casal a se encontrar em situação de desemprego ou quando se encontram ambos no desemprego. Pretende-se ainda compreender se existem diferenças entre o homem desempregado e a mulher em situação de desemprego.

Assim, estabeleceu-se as seguintes hipóteses:

1. Existem diferenças significativas ao nível da satisfação conjugal consoante os membros do casal (com emprego/sem emprego).
2. Existem diferenças significativas ao nível da ideação suicida consoante os membros do casal (com emprego/sem emprego).
3. Existem diferenças significativas ao nível das emoções positivas e negativas experienciadas consoante a situação profissional dos casais (com emprego/sem emprego).
4. Quanto mais emoções negativas experienciadas maiores serão os níveis de ideação suicida.

Método

Participantes

Os participantes foram seleccionados por conveniência, de forma não aleatória e com objectivos dirigidos (Marôco, 2010). Os dados foram recolhidos a partir de um grupo inicial de sujeitos para participar no estudo, assim como em estruturas locais de apoio a desempregados.

A presente amostra é constituída por 48 casais, perfazendo um total de 96 participantes, com idades compreendidas entre os 24 e os 67 anos ($M= 46,07$; $DP=10,31$) (Tabela 1). A maior parte dos participantes possui nacionalidade portuguesa (97,9%), havendo apenas um elemento de nacionalidade brasileira e um de nacionalidade angolana.

Tabela 1

Média e desvio padrão das idades segundo o sexo

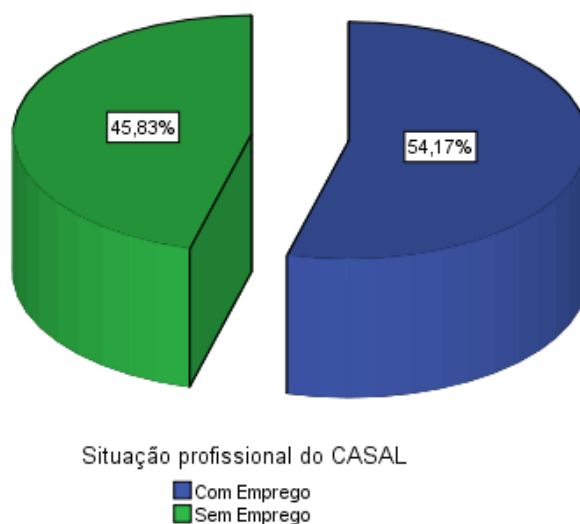
| | | Idade | |
|-------|-----------|-------|---------------|
| | | Média | Desvio Padrão |
| Sexo | Masculino | 48.00 | 10.34 |
| | Feminino | 44.15 | 10.01 |
| Total | | 46.07 | 10.31 |

No que concerne à situação profissional dos participantes, verifica-se que 69 participantes (71,88%) encontram-se empregados e 27 participantes encontram-se desempregados (28,13%).

Desta forma, e com o intuito de facilitar a análise dos resultados, foi criada uma variável “Situação Profissional do Casal”, que categoriza as famílias participantes essencialmente em dois grupos: As famílias que os dois elementos do casal estão empregados (Com Emprego) e as famílias em que pelo menos um dos elementos do casal se encontra no desemprego (Sem Emprego). No gráfico que se segue, é possível verificar que 26 casais (54,17%) encontram-se em situação de “Com Emprego” e 22 casais (45,83%) em situação de “Sem Emprego” (Gráfico 1).

Gráfico 1

Percentagem da Situação Profissional do Casal

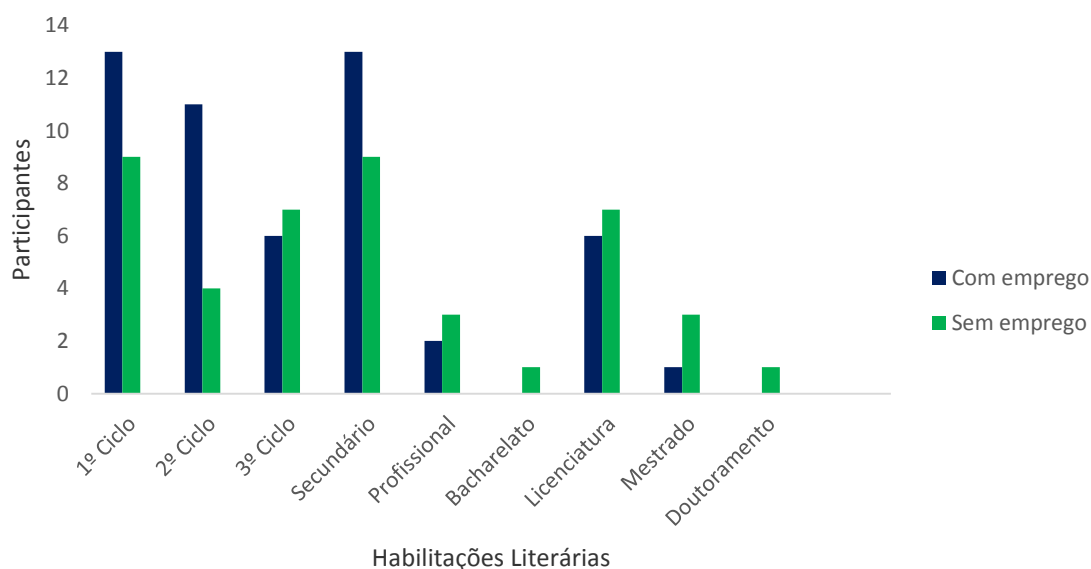


No que concerne às habilitações literárias dos casais “Com Emprego”, 13 participantes (25%) possuem o 1º ciclo, 11 participantes (21,2%) o 2º ciclo, 6 (11,5%) o 3º ciclo e 13 sujeitos (25%) o ensino secundário. 2 participantes (3,8%) possuem o ensino profissional, 6 sujeitos (11,5%) detêm uma licenciatura e apenas um (1,9%) possui uma pós-graduação ou mestrado.

Relativamente aos casais em situação “Sem Emprego”, 9 participantes (20,5%) possuem o 1º ciclo, 4 (9,1%) têm o 2º ciclo, 7 sujeitos (15,9%) o 3º ciclo, 9 (20,5%) o ensino secundário e 3 (6,8%) o ensino profissional. Verifica-se um maior número de indivíduos com um curso superior nesta situação profissional, havendo um sujeito (2,3%) que possui o bacharelato, 7 participantes (15,9%) uma licenciatura, 3 (6,8%) com uma pós-graduação ou mestrado e um participante (2,3%) com o doutoramento (Figura 1).

Figura 1

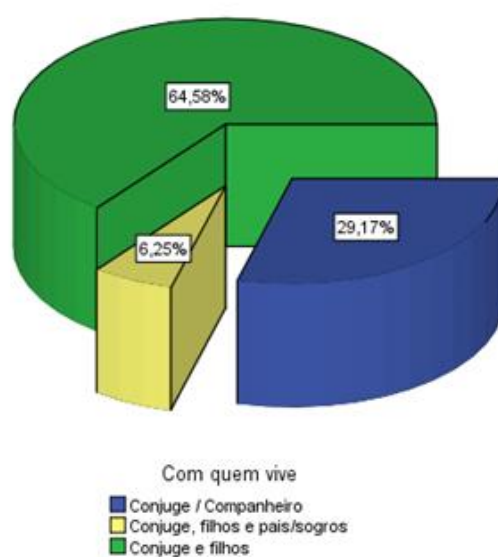
Frequência das Habilitações Literárias de acordo com a Situação Profissional



É de referir que 14 casais (29,17%) vivem apenas com o/a companheiro/a, 31 casais (64,58%) vivem com/a companheiro/a e com os filhos e 3 casais (6,25%) vivem com os filhos e os pais/sogros (Gráfico 2).

Gráfico 2

Percentagem do agregado familiar dos casais

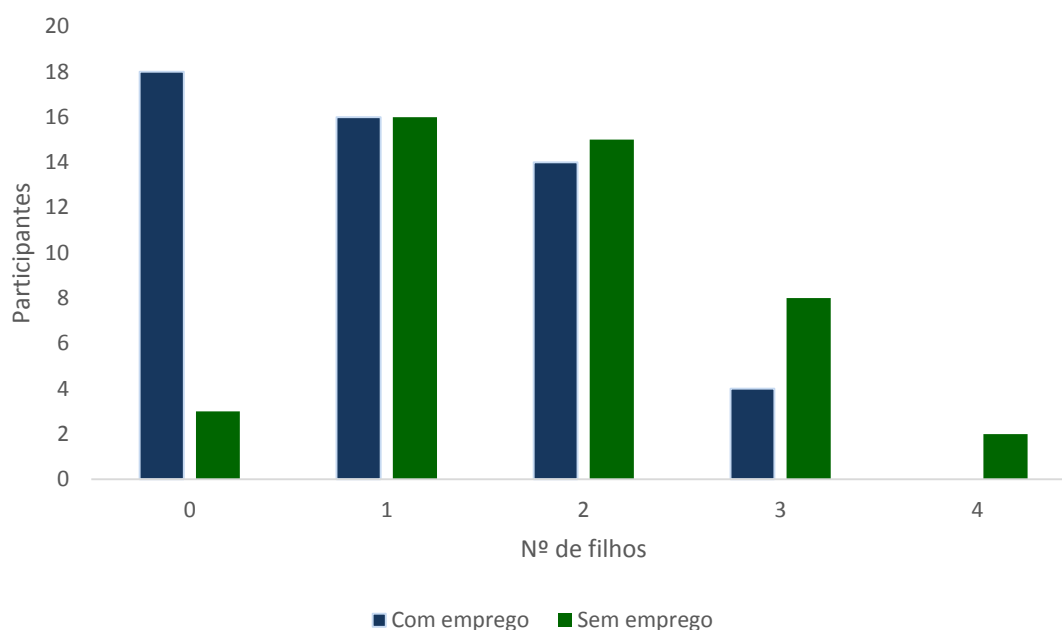


Quanto ao número de filhos, 21 participantes (21,88%) não têm filhos, 32 participantes (33,3%) têm 1 filho, 29 participantes (30,2%) têm 2 filhos, 12 participantes (12,5%) têm 3 filhos e apenas dois participantes (2,06%) têm 4 filhos. A idade média dos filhos é de 14 anos ($M=14,53$).

Procedendo a uma análise consoante a situação profissional do casal, isto é em situação “Com emprego” e “Sem emprego”, verifica-se uma percentagem mais elevada dos casais com mais do que um filho cuja situação é de “Sem Emprego”. Este valor acentua-se em casais com 3 filhos, nos quais se encontram 8 casais em situação de “Sem Emprego” (18,2%), opondo-se aos 4 casais que se encontram em situação “Com Emprego” (7,7%). De referir ainda que 1 casal em situação “Sem Emprego” tem 4 filhos (Figura 2).

Figura 2

Número de filhos consoante a situação profissional



Tentou-se perceber quais os casais em que apenas um dos cônjuges se encontra em situação de desemprego e quais os casais em que ambos os membros se encontram desempregados. Assim, dos 22 casais em situação “Sem Emprego”, 5 casais (10,4%) encontram-se ambos em situação de desemprego e 17 casais (35,4%), apenas um dos cônjuges é que se encontra em situação de desempregado. Destas famílias em que apenas um dos elementos é que se encontra desempregado, em 10 casais (20,8%) é o homem que

se encontra em situação de desemprego e em 7 casais (14,6%) é a mulher que se encontra desempregada (Tabela 2). Deste modo, verifica-se que 15 sujeitos desempregados são do sexo masculino e 12 sujeitos desempregados são do sexo feminino.

Tabela 2

Distribuição do Casal conforme a sua situação de desemprego

| | | Total |
|---------------------------------|-----------------------|-------|
| Situação de desemprego do casal | Homem desempregado | 10 |
| | Mulher desempregada | 7 |
| | Os Dois Desempregados | 5 |
| Total | | 22 |

Do grupo dos desempregados, 15 sujeitos (55,6%) estão desempregados pela primeira vez, e 12 sujeitos (44,4%) não é a primeira vez que se encontram nesta situação, verificando-se o dobro de indivíduos do sexo masculino que se encontram nesta situação comparativamente ao sexo feminino (Tabela 3). Em média, os participantes desempregados encontram-se nessa situação há cerca de 28 meses ($M=28,41$) (Tabela 4). Verifica-se que 4 homens (14,81%) e 2 mulheres (7,41%) encontram-se desempregados há menos de 6 meses inclusive. Entre 7 meses e 1 ano, encontram-se 5 homens (18,52%) e 2 mulheres (7,41%) desempregados. Entre 1 e 2 anos no desemprego, encontram-se 1 homem (3,70%) e 3 mulheres (11,11%). E, por fim, há mais de dois anos encontram-se 5 homens e 5 mulheres no desemprego (Figura 3). É de referir igualmente que a duração do desemprego é superior no sexo feminino ($M=33,1$), comparativamente ao sexo masculino ($M=24,6$).

Verifica-se que 51,9% dos indivíduos que se encontram em situações de desemprego, este é de longa duração (> 1 ano).

Tabela 3

Distribuição por sexo da condição Primeira vez no Desemprego

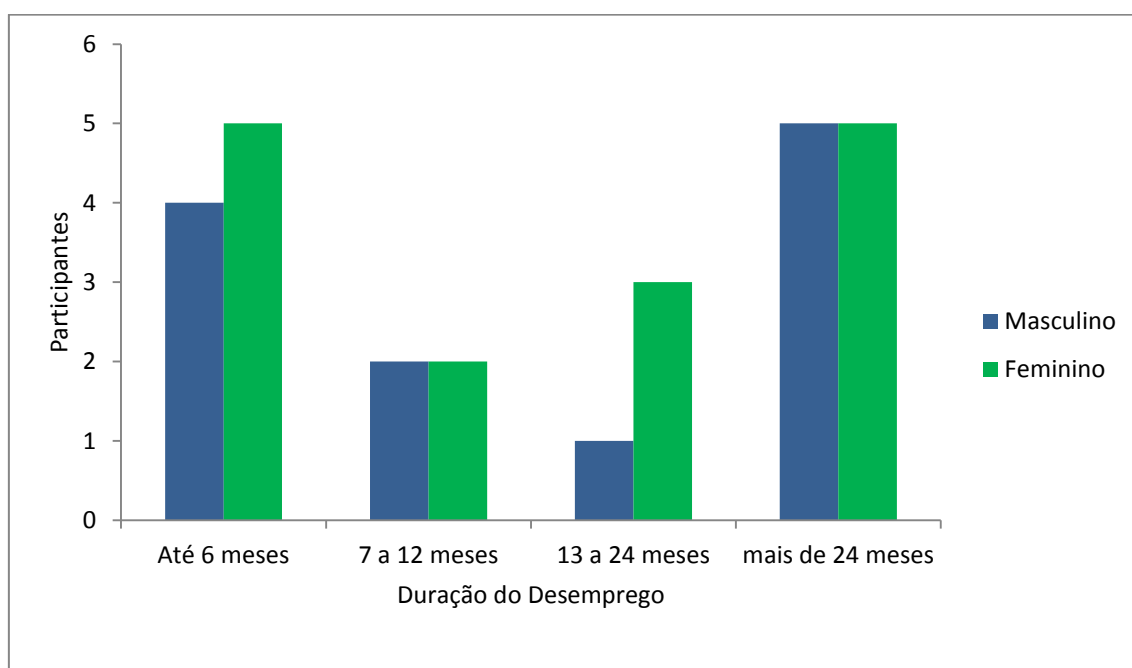
| | | Sexo | | Total |
|----------------------------|-----|-----------|----------|-------|
| | | Masculino | Feminino | |
| Primeira vez no Desemprego | Não | 8 | 4 | 12 |
| | Sim | 7 | 8 | 15 |
| Total | | 15 | 12 | 27 |

Tabela 4

Média da Duração do Desemprego

| | Média | Desvio Padrão |
|-----------------------|-------|---------------|
| Duração do Desemprego | 28.41 | 30.84 |

Figura 3

Duração do desemprego de acordo com o sexo

Dos indivíduos desempregados, 33,3% recebem subsídio de desempregado, enquanto os restantes 66,7% não o recebem. Dos 9 participantes com direito ao subsídio de desemprego, 6 (66,6%) são do sexo masculino e apenas 3 (33,3%) são do sexo feminino (Figura 4). A distribuição por sexo permite perceber que existe maior número de homens a receber um subsídio de desemprego, comparativamente às mulheres. Apenas um sujeito (11,1%) recebe um subsídio de desemprego cujo valor se situa entre 0 e 300 euros, 3 (33,3%) recebem um subsídio de desemprego cujo valor se situa entre 300 e 500 euros, e outros 3 (33,3%) recebem um subsídio que varia entre 750 e 1000 euros. Apenas um sujeito (11,1%) recebe um subsídio de desemprego cujo valor se situa entre 500 e 750 euros e um (11,1%) que recebe um subsídio superior a 1000 euros. No que concerne ao RSI, apenas 7 participantes (25,9%) têm direito e os restantes responderam negativamente à questão. De referir que 6 destes sujeitos correspondem a 3 casais, sendo que todos eles responderam que o valor desse rendimento é muito inferior ao ordenado (Gráfico 3). O prazo máximo

para terminar o RSI é de nove meses. Do total dos indivíduos desempregados, apenas 5 participantes (18,5%) responderam receber outro tipo de apoio, nomeadamente ao nível da alimentação e o qual consideram de extrema importância. Quanto à expectativa dos desempregados voltarem a ter emprego, 10 participantes (38,5%) não esperam voltar à condição de empregado, 1 participante (3,9%) espera obter emprego dentro de 12 meses, 1 participante (3,9%) espera obter emprego dentro de 8 meses, enquanto 4 participantes (15,4%) esperam voltar ao mercado de trabalho dentro de 6 meses. Por fim, 10 participantes (38,5%) esperam retomar ao mercado de trabalho dentro de 2 meses (Figura 5). De referir que um dos elementos desempregado não respondeu a esta questão.

Figura 4

Valor do subsídio de desemprego de acordo com o sexo

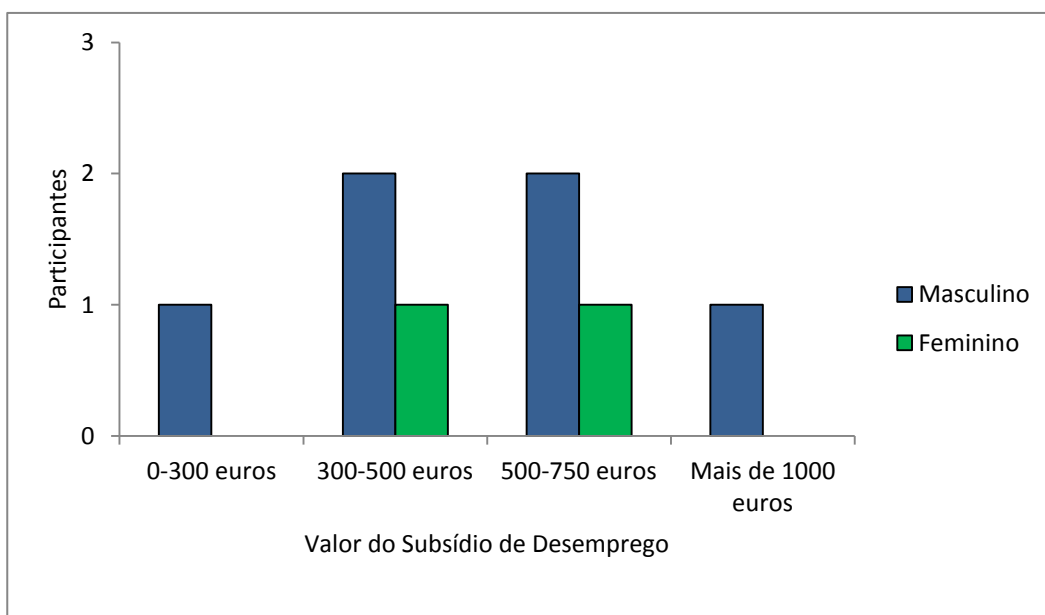


Gráfico 3

Gráfico do Rendimento de Inserção Social

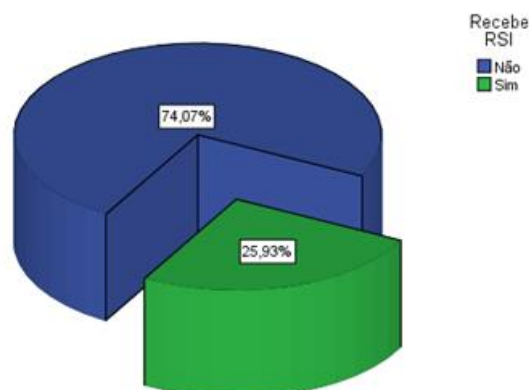
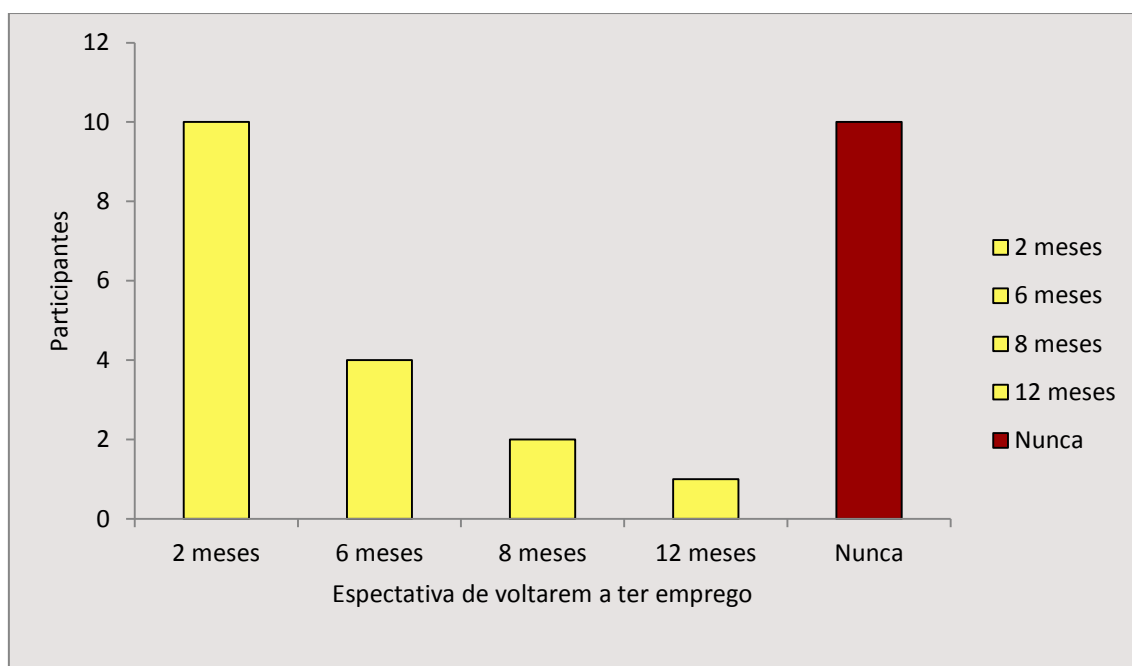


Figura 5

Expectativa dos desempregados voltarem a ter emprego



Instrumentos

Questionário Sociodemográfico.

Foi utilizado um questionário sociodemográfico como instrumento de recolha de dados com o intuito de caracterizar os participantes no que diz respeito ao sexo, idade, estado civil, habilitações literárias, constituição do agregado familiar, situação profissional, assim como a situação económica, o direito ao subsídio de desemprego, o direito ao RSI, a duração do desemprego e as expectativas futuras de voltar ao mercado de trabalho.

Questionário das Emoções.

Utilizou-se um questionário sobre emoções com duas versões, uma destinada aos casais em que ambos os membros se encontram empregados e a outra versão destinada a ser preenchida pelos casais em que pelo menos um dos elementos se encontra desempregado. O questionário tem em vista medir a intensidade das emoções, consistindo num conjunto de 14 emoções cuja intensidade vai de 1- Nada a 7- Muita. Estas emoções correspondem à Tristeza, Esperança, Raiva, Calma, Injustiça, Optimismo, Ansiedade, Insatisfação, Indignação, Revolta, Irritação, Infelicidade, Culpa e Desilusão.

Dividiu-se em emoções positivas e emoções negativas, criando-se um índice para cada uma delas, verificando-se uma elevada fiabilidade e uma boa consistência interna.

Emoções positivas ($M=4.16$; $DP=1.64$; $\alpha= .88$) e emoções negativas ($M=3.92$; $DP=1.33$; $\alpha= .92$) (Tabela 5).

Tabela 5

Consistência interna do Questionário das Emoções

| Emoções | Média | Desvio Padrão | <i>Alpha</i> de Cronbach |
|-------------------|-------|---------------|--------------------------|
| Emoções positivas | 4.16 | 1.64 | .88 |
| Emoções negativas | 3.92 | 1.33 | .92 |
| Total | 3.18 | 1.11 | .87 |

Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC).

A Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal foi criada por Narciso e Costa (1996), partindo do pressuposto de que a satisfação conjugal é o resultado de uma avaliação subjectiva e pessoal da conjugalidade, evitando um critério de avaliação externo aos indivíduos.

Esta escala, enquanto instrumento de auto-avaliação da satisfação, tem como objectivo servir de indicador da satisfação vivenciada em várias áreas da vida conjugal. É constituída por 44 itens, que se encontram organizados em duas grandes dimensões: Amor e Funcionamento Conjugal. No que concerne à dimensão Amor, esta está relacionada com os sentimentos que os membros do casal nutrem um pelo outro e pela relação, subdividindo-se em cinco áreas, nomeadamente sentimentos e expressão de sentimentos, sexualidade, intimidade emocional, continuidade da relação, assim como as características físicas e psicológicas. Por sua vez, a dimensão funcionamento conjugal relaciona-se com a organização das relações no subsistema conjugal e/ou familiar, subdividindo-se em quatro áreas, estando incluídos os tempos livres, a autonomia/privacidade, as relações extra-familiares e a comunicação e conflitos.

Consiste numa escala de tipo Likert em seis pontos, onde possibilita a cada indivíduo avaliar a sua satisfação em cada um dos itens entre 1 – “Nada Satisfeito” e 6 – “Totalmente Satisfeito”. Numa investigação sobre Conjugalidade e Parentalidade (Narciso, Ribeiro & Ferreira, 2008, citados por Pacheco, 2008), as autoras optaram por realizar um novo estudo sobre as características metrológicas da EASAVIC. Esse estudo indicou uma elevada fiabilidade e uma boa consistência interna, tendo a análise em componentes principais revelado uma estrutura unifactorial. A partir da aplicação da EASAVIC é possível obter a Satisfação Conjugal Global ($M=3.16$; $DP= .74$; $\alpha= .98$) (Tabela 6).

Tabela 6

Consistência Interna da EASAVIC

| Dimensões da Satisfação Conjugal | Média | Desvio Padrão | <i>Alpha</i> de Cronbach |
|----------------------------------|-------|---------------|--------------------------|
| Dimensão Funcionamento | 3.07 | .72 | .95 |
| Dimensão Amor | 3.20 | .80 | .98 |
| Satisfação Conjugal Global | 3.16 | .74 | .98 |

Questionário de Ideação Suicida (QIS).

O Questionário de Ideação Suicida é a versão portuguesa do *Suicide Ideation Questionnaire*, elaborado inicialmente por Reynolds (1988), sendo traduzido e adaptado por Ferreira e Castela (1999). Este questionário detém como objectivo avaliar a gravidade dos pensamentos suicidas nos adolescentes e adultos, os quais são hierarquizados entre pouco e muito graves.

Constituído por 30 itens (e.g., “*Pensei que seria melhor não estar vivo*”), é um questionário de autopreenchimento e onde são ordenados numa escala do tipo Likert, sendo fornecidas sete alternativas de resposta, variando entre 1 - “Pensamento que nunca ocorreu” e 7 - “O pensamento ocorreu sempre”.

Todos os participantes do estudo responderam ao Questionário de Ideação Suicida, obtendo-se um valor de consistência interna muito elevado (M= 1.28; DP= .43; α = .94) (Tabela 7).

Tabela 7

Consistência interna do QIS

| | Nº de itens | Média | Desvio Padrão | <i>Alpha</i> de Cronbach |
|-----|-------------|-------|---------------|--------------------------|
| QIS | 30 | 1.28 | .43 | .94 |

Procedimento

Para a recolha de dados, contactaram-se várias instituições e organizações onde as famílias podiam estar presentes, como as Juntas de Freguesia, os GEPES (Grupos de Entrejuda na Procura de Emprego), a Cáritas Diocesana de Lisboa, Centros Comunitários e as Igrejas, onde foi pedida, ou por via email ou pessoalmente pela investigadora, a colaboração no estudo.

Desta forma, entrou-se em contacto com pelo menos um dos membros do casal, pela investigadora ou na sua ausência, pelos colaboradores das instituições acima referidas, que possuíam as características necessárias para o estudo e se possível, a sua aceitação para participar na investigação. Foi-lhes explicado os principais objectivos da investigação, em que consistia a tarefa que os elementos do casal iriam realizar, a duração que levaria a ser preenchido o questionário e a importância do seu preenchimento de forma individual. Foi ainda salientado que o questionário era anónimo e a sua participação voluntária, sendo garantida a confidencialidade das informações recolhidas, as quais seriam usadas apenas para fins de investigação, não sendo revelados dados que pudessem identificar o casal.

Após ser dada a explicação para o preenchimento dos questionários, foram entregues dois questionários, colocados devidamente nos envelopes, para serem preenchidos por cada um dos elementos do casal. Ambos os questionários encontravam-se codificados, apenas para que depois se soubesse os elementos que compunham determinado casal. Era solicitado ao participante que respondesse, no momento, ao seu próprio questionário, ficando já com a investigadora. Posteriormente ao seu preenchimento, era então pedido ao participante que entregasse o envelope com o questionário ao seu(sua) companheiro(a), sendo novamente reforçada a importância do preenchimento individual, de modo a não enviesar os dados para a investigação. Nos casos em que não foi possível o preenchimento imediato do questionário, era novamente salientada a importância de o casal não preencher em conjunto e o preenchimento de todos os itens.

Foi acordado com o elemento do casal contactado, a devolução dos questionários na instituição ou organização de apoio ao desemprego correspondente, à investigadora ou ao técnico do local, na sua próxima apresentação quinzenal, sessão de atendimento, ou dia agendado.

Resultados

Análise dos Resultados

Para a realização da análise estatística dos dados, foram utilizados testes paramétricos. Atendendo ao pressuposto de que para amostras com dimensões superiores a 25-30 sujeitos, a distribuição amostral é satisfatoriamente aproximada à normal, possuindo, então, uma dimensão suficientemente elevada e justificativa da utilização do Teorema do Limite Central (Marôco, 2010).

Satisfação conjugal e situação profissional dos casais (com emprego/sem emprego).

De acordo com a primeira hipótese espera-se encontrar diferenças significativas ao nível da satisfação conjugal entre os membros dos casais consoante a sua situação profissional - com emprego e sem emprego.

A partir de um teste *T-Student*, analisaram-se todas as áreas da satisfação conjugal, bem como as duas dimensões da satisfação conjugal (Amor e Funcionamento Conjugal), verificando-se que não existem diferenças ao nível da percepção da satisfação conjugal em nenhuma das dimensões, consoante a situação profissional do casal. Denota-se, assim, que não existem diferenças significativas ao nível da satisfação conjugal entre os casais “com emprego” e os casais “sem emprego”.

Por conseguinte, tentámos atestar se existiam diferenças entre os homens empregados e desempregados e entre as mulheres empregadas e desempregadas. Com efeito, realizou-se uma *ANOVA-Oneway*, confirmando-se que não existem, igualmente, diferenças significativas entre homens e mulheres consoante a sua situação profissional.

Ao tentarmos perceber como é que os casais desempregados percebem a satisfação conjugal, realizou-se, novamente, uma *ANOVA-Oneway*, visando averiguar a existência de diferenças quando estão os dois desempregados e quando é apenas o homem ou a mulher desempregada, e se existiam diferenças consoante o sexo.

Deste modo, apurou-se que não existem diferenças entre os homens e as mulheres desempregadas em nenhuma das dimensões e áreas da satisfação conjugal, bem como na satisfação conjugal em geral.

Todavia, aquando da análise individual das áreas da satisfação conjugal, corroborou-se que quando ambos os membros do casal se encontram desempregados ($M=4.10$; $DP=1.09$) experienciam maior privacidade e autonomia, do que quando é apenas o homem

desempregado ($M=2.83$; $DP=1.21$) ($F(3)=1.28$; $p=.009$), bem como quando é só a mulher desempregada ($M=2.96$; $DP=1.12$) ($F(3)=1.14$; $p=.04$). Verifica-se, igualmente, que quando ambos estão desempregados ($M=3.56$; $DP=.66$) experienciam maior satisfação na dimensão funcionamento, do que quando é apenas o homem desempregado ($M=2.78$; $DP=.89$) ($F(3)=.78$; $p=.04$).

Nas restantes áreas da satisfação conjugal, não se deslindaram diferenças significativas, quer seja entre os homens e as mulheres desempregados nem quando ambos os membros do casal se encontram desempregados ou apenas um deles.

Ideação suicida e situação profissional dos casais (com emprego/sem emprego).

Com vista a tentarmos compreender de que modo a situação profissional do casal se relaciona com a ideação suicida, foi realizado um Teste *t*. Mediante esta análise, concluímos que os casais “sem emprego” ($M=1.38$; $DP=.55$) apresentam maiores níveis de ideação suicida, em comparação aos casais empregados ($M=1.19$; $DP=.27$) ($t(94)=-2.15$; $p=.034$) (Tabela 8).

Igualmente, tentou-se apurar possíveis diferenças entre os homens empregados e desempregados e as mulheres empregadas e desempregadas. Para tal, realizou-se uma *ANOVA-Oneway*, constatando-se que não existem diferenças entre os homens e as mulheres desempregadas.

Porém, verifica-se que as mulheres desempregadas experienciam maiores níveis de ideação suicida ($M=1.62$; $DP=.80$), sendo os seus valores mais significativos quando comparados com os dos homens empregados ($M=1.18$; $DP=.29$) ($F(3)=.44$; $p=.024$).

Tabela 8

T-Student entre a Situação Profissional e a Ideação Suicida

| | Situação Profissional | Média | Desvio Padrão |
|-----------------|-----------------------|-------|---------------|
| Ideação Suicida | Com emprego | 1.19 | .27 |
| | Sem Emprego | 1.38 | .55 |

Emoções positivas e negativas experienciadas e situação profissional dos casais (com emprego/sem emprego).

Objectivando perceber se existem diferenças nas emoções experienciadas nos casais “com emprego” e “sem emprego”, efectuou-se uma análise *T-Student*. A partir desta,

atestou-se que os casais desempregados experienciam mais emoções negativas ($M=4.35$; $DP=.90$), comparativamente aos casais que se encontram em situação de emprego ($M=3.19$; $DP=1.49$) ($t(94)=-.472$; $p=.000$) (Tabela 9).

De forma a entender quais as diferenças entre homens e mulheres empregados e desempregados, realizou-se uma *ANOVA-Oneway*. Por conseguinte, averiguou-se que os homens desempregados ($M=4.36$; $DP=1.63$) experienciam mais emoções negativas que os homens empregados ($M=3.18$; $DP=1.16$) ($F(3)=1.17$; $p=.022$). Simultaneamente, as mulheres desempregadas ($M=5.06$; $DP=1.20$), também, experienciam mais emoções negativas que as mulheres empregadas ($M=3.51$; $DP=.98$) ($F(3)=1.55$; $p=.003$).

A possível existência de diferenças entre os homens e as mulheres desempregadas foi, também, analisada. Apurou-se que não existem diferenças ao nível das emoções negativas experienciadas entre homens e mulheres desempregados.

No que concerne às emoções positivas, a partir de um teste *T-Student*, demonstra-se que não existem diferenças significativas entre os casais “com emprego” e os casais “sem emprego”.

Tabela 9

T-Student entre a Situação Profissional e as Emoções negativas

| | Situação Profissional | Média | Desvio Padrão |
|-------------------|-----------------------|-------|---------------|
| Emoções negativas | Com emprego | 3.19 | 1.49 |
| | Sem emprego | 4.35 | .90 |

Correlação entre a ideação suicida e as emoções negativas.

Como verificámos anteriormente, os casais em situação de desemprego experienciam mais emoções negativas, que os casais em situação de emprego. Também percebemos que os casais sem emprego, possuem maiores níveis de ideação suicida que os casais empregados. Assim, visando examinar a quarta hipótese, na qual se espera que um maior número de emoções negativas experienciadas, corresponderia a maiores níveis de ideação suicida, executou-se uma correlação de *Pearson*. Através da sua análise é possível perceber que as emoções negativas estão, significativamente, correlacionadas com a ideação suicida ($r=.28$; $p<0.01$) (Tabela 10).

Tabela 10

Correlação de Pearson entre as Emoções negativas e a Ideação Suicida

| | I. | II. |
|----------------------|-------|-----|
| I. Emoções negativas | - | |
| II. Ideação Suicida | .28** | |

** $p < 0.01$

Discussão dos Resultados

Inevitavelmente, e atendendo à conjuntura actual do país e do mundo, o desemprego detém consequências negativas, não apenas nos indivíduos desempregados, mas repercutindo-se em toda a dinâmica familiar e conjugal. Ao longo do presente trabalho, procurámos analisar o impacto do desemprego à luz da satisfação conjugal, da ideação suicida e das emoções experienciadas, visto ser, ainda, um tema pouco estudado na literatura, principalmente ao nível da dinâmica conjugal.

Após a análise dos resultados, contacta-se que as nossas principais conclusões reflectem que, ao contrário do esperado, não existem diferenças ao nível da satisfação conjugal entre os casais com e sem emprego, bem como não se verificaram diferenças entre os homens e as mulheres desempregadas em nenhuma das dimensões e áreas da satisfação conjugal. Todavia, quando ambos os membros do casal se encontram desempregados denota-se que experienciam maior privacidade e autonomia, comparativamente a quando é apenas o homem ou a mulher desempregada. Adicionalmente, experienciam maior satisfação na dimensão funcionamento, do que quando é apenas o homem desempregado.

Por sua vez, e em consonância com os resultados expectáveis, apurou-se que os casais sem emprego experienciam maiores níveis de ideação suicida, relativamente aos empregados. Porém, no que respeita aos indivíduos desempregados, não se atestaram diferenças entre homens e mulheres. Averiguou-se, apenas, que as mulheres desempregadas experienciam maiores níveis de ideação suicida do que os homens empregados.

De igual modo, deslindou-se que os casais sem emprego experienciam mais emoções negativas, quando comparados aos com emprego. Ademais, os homens e as mulheres desempregadas destacam-se num maior experienciar de emoções negativas, em relação aos homens e às mulheres empregadas. No entanto, não se corroboraram diferenças entre os homens e as mulheres desempregadas.

Por fim, constatou-se que as emoções negativas estão positivamente correlacionadas com a ideação suicida. Isto é, quanto mais emoções negativas os indivíduos e os casais desempregados experienciam, maiores são os níveis de ideação suicida.

Satisfação conjugal e situação profissional dos casais (com emprego/sem emprego)

Posteriormente à análise da primeira hipótese de investigação, verifica-se que esta não foi confirmada, uma vez que não se apuraram diferenças na satisfação conjugal consoante a situação profissional do casal (com emprego/sem emprego). Deste modo, parece-nos que casais empregados e desempregados percebem semelhanças a

satisfação conjugal. Sabe-se que a satisfação, por si só, é um conceito subjectivo que requer que as próprias necessidades e desejos sejam satisfeitos, correspondendo ao que o outro espera dar e receber, recíproca e espontaneamente. Portanto, diz respeito a sensações e sentimentos de bem-estar, felicidade, companheirismo, afectividade e segurança, bem como a características de personalidade, sexo, valores, atitudes e necessidades (Wilhelm & Oliveira, 2011).

Indubitavelmente, a crise económica e o desemprego exercem influência e provocam alterações na família e na própria dinâmica conjugal (Alarcão, 2006), repercutindo-se na satisfação e na qualidade conjugal (Maisel & Karney, 2012). Em consonância, Wilhelm e Oliveira (2011) averiguaram que os casais expostos a situações stressantes, como o desemprego, detêm maior probabilidade de apresentarem níveis mais baixos de satisfação conjugal. Tal como referem, Howe, Levy e Caplan (2004) a situação de desemprego impacta no casal, degradando a relação e originando conflitos redutores da sua satisfação. Simultaneamente, o estudo levado a cabo por Rocha, Carvalho e Barreto (1999), citados por Pinheiro e Monteiro (2007), atestou que o desemprego desorganiza as famílias, conduzindo à quebra de laços afectivos e diminuindo os níveis de satisfação conjugal. Ora, se o desemprego acarreta consequências, não apenas no indivíduo desempregado, mas também no outro cônjuge, seria expectável que os casais em que pelo menos um dos membros se encontrasse desempregado, apresentassem e relatassem menores níveis de satisfação conjugal, comparativamente às famílias com emprego. No entanto, nos resultados obtidos pelos nossos participantes não se encontraram diferenças entre os casais com emprego e os sem emprego, não indo, portanto, ao encontro dos estudos anteriores. Obviamente que as capacidades de *coping* e adaptação (as quais não foram objectivo das nossas análises) e as percepções de cada indivíduo são determinantes na quebra deste ciclo, fazendo com que os casais reagissem, contornassem e protegessem-se contra as consequências negativas que este evento gerador de *stress* acarreta (Sano, Polan, Richards, Bauerr & Braun, 2008).

Parece-nos que estes resultados podem ser explicados pelo facto de que, por vezes, as situações de *stress* e de pressão económica conduzem a família e o casal a se apoiarem mutuamente, encarando a situação de outro modo. Aparentemente, afigura-se uma reorganização do casal, visando lidarem com a situação de forma mais equilibrada (Alarcão, 2006; Relvas, 1996). Assim, perante situações de crise, os indivíduos tornam-se mais dependentes das relações familiares, pois estas quando funcionais auxiliam a encontrar o caminho para superar as dificuldades, apoiando-se reciprocamente (Caplan, 1980).

Aquando de um maior envolvimento no casal e de uma maior abertura para a comunicação e interdependência, patenteia-se um incremento ao nível da satisfação com a relação (Wilhelm & Oliveira, 2011). Ao que nos parece, o suporte conjugal assume-se um recurso influente na crença da relevância da continuidade da procura de emprego, enquanto actividade benéfica e necessária, relacionando-se com eminentes níveis de resiliência e de expectativas positivas (Slebarska, Moser & Gunnesch-Luca, 2009; Song, Foo, Uy & Sun, 2011). Neste sentido, o suporte conjugal serve de auxílio na mitigação do impacto do desemprego nos níveis de *stress* do casal, através do encorajamento de comportamentos positivos, atitude cooperativa e demonstração de sensibilidade (Song, Foo, Uy & Sun, 2011). Contudo, pouco se sabe acerca do modo como o desemprego afecta o casal, pois a literatura é, ainda, escassa quanto aos efeitos do *stress* do desemprego nas famílias e no próprio casal (Howe, Levy & Caplan, 2004).

Analogamente, os nossos resultados demonstram que não existem diferenças entre os homens e as mulheres desempregadas, em nenhuma das áreas e dimensões da satisfação conjugal, bem como na satisfação conjugal em geral. Considerando que o casal é um sistema que, por sua vez, integra um outro sistema, a família, basta uma modificação num dos elementos para se repercutir em modificações nos restantes constituintes, independentemente de ser o homem ou a mulher a ficar desempregado. Como resultado, o desemprego afecta toda a família e a dinâmica conjugal no seu conjunto. Em conformidade com o supramencionado, estes resultados não corroboram o exposto na literatura, onde o desemprego parece ter mais impacto sobre a satisfação conjugal no sexo masculino, inculcando-a a momentos de grande sofrimento e perda de recursos (Kalil, 2009; Levy & Gomes, 2008; Nuttman-Shwartz & Gadot, 2012).

A dimensão funcionamento conjugal é definida por Narciso e Costa (1996) como o modo como se organizam e regulam as relações no *holon* conjugal e/ou familiar, e com os sistemas extra-familiares. Nos nossos resultados constatamos que quando ambos os elementos do casal se encontram desempregados experienciam maiores níveis de satisfação nesta dimensão, comparativamente a quando é apenas o homem a se encontrar sem emprego. Possivelmente porque, perante a situação de desemprego de ambos os membros do casal, o próprio sistema busca organizar-se, procurando o apoio e o suporte nos restantes elementos da família e nas relações com os outros sistemas extra-familiares. Logo, a presença deste suporte e padrões de vinculação seguros revelam-se essenciais para a redução do impacto do desemprego na dinâmica do próprio casal (Gonçalves, Freitas & Sequeira, 2011). Adicionalmente, o desemprego parece deter consequências mais negativas

para o homem, atendendo ao papel tradicional de *breadwinner* que lhe é atribuído, repercutindo-se numa menor satisfação perante a perda do poder económico. Consequentemente, tal poderá exacerbar um incremento da tensão nos relacionamentos, provocando o aumento de conflitos e desencadeamento de reacções emocionais, que se traduzem, negativamente, nas relações do casal e na sua satisfação (Classen & Dunn, 2009; Conger et al., 1992; Guiland & Monteiro, 2010; Jensen & Smith, 1990; Kalil, 2009).

Também se averiguou que quando ambos os membros da díade se encontram desempregados, experienciam maior privacidade e autonomia, em relação a quando é apenas o homem ou a mulher a estar sem emprego. Por conseguinte, uma possível explicação, na nossa modesta opinião face à inexistência de evidências científicas, poderá recair no facto de que quando existe uma sã interacção e funcionalidade do próprio sistema, o mesmo consegue proteger-se da adversidade e contribuir para a mobilização de recursos e estratégias de *coping*, reorganizando toda a dinâmica familiar. Deste modo, ao se depararem ambos na mesma situação, parecem desenvolver novas estratégias, adaptando-se a esta nova disposição, reestruturando as suas rotinas e fornecendo apoio e suporte mútuo. Em contrapartida, quando é apenas um deles a estar desempregado, seja o homem ou a mulher, inevitavelmente, o casal encontra-se dependente dos recursos financeiros provenientes deste elemento empregado. Por conseguinte, o indivíduo sem emprego poderá sentir que detém menor autonomia, uma vez que, pelo menos financeiramente, se encontra mais dependente do cônjuge empregado. Concomitantemente, poderá experienciar menor privacidade, pois poderá sentir que este cônjuge empregado exerça algum controlo sobre as suas tarefas e/ou ocupações. Isto é, à partida e extrínseco ao mercado laboral, poderá sentir que a sua privacidade diminui atendendo a que se encontra com menor autonomia financeira.

Ideação suicida e situação profissional dos casais (com emprego/sem emprego)

Ulterior à análise da segunda hipótese de investigação, verificou-se que esta foi confirmada, consoante a situação profissional do casal. Os nossos resultados mostraram que os casais sem emprego apresentam maiores índices de ideação suicida, relativamente aos casais empregados. Isto é, os casais nos quais existe desemprego relatam maior ideação suicida do que os casais empregados. Estes resultados vão ao encontro de outros estudos empíricos sobre esta temática, como os de Caycedo et al., (2010), Apter, Bursztein, Bertolote, Fleischmann e Wassermann (2009) e os de Kentikelenis, Karanikolos, Reeves, McKee e Stuckler (2014) que reportam que as dificuldades económicas, nomeadamente

provenientes de situações de desemprego, têm impacto nas ideias suicidas de uma família, e claro, do próprio casal. Nas famílias em que pelo menos um dos membros se encontra desempregado, comparativamente às que ambos trabalham, corrobora-se que os níveis de ideação suicida relacionam-se com a situação profissional do casal (Apter, Brusztstein, Bertolote, Fleischmann & Wassermann, 2009; Caycedo et al., 2010; Conger et al., 1991; Conger, Ge, Elder, Lorenz & Simons, 1994; Kentikelenis, Karanikolos, Reeves, McKee & Stuckler, 2014). Deste modo, o desemprego parece consistir num factor de risco para a formação de ideias suicidas. Concomitantemente, são vários os estudos que demonstram que a crise económica e a perda do emprego exercem uma grande influência para cometer suicídio, daí que estas duas variáveis possam estar associadas (Classen & Dunn, 2012; Fountoulakis, Gonda, Dome, Theodorakis & Rihmer, 2014; Khang, Lynch & Kaplan, 2005).

Não obstante, apurou-se que não existem diferenças significativas entre os homens e as mulheres desempregadas ao nível da ideação suicida. Apesar de os estudos de Khang, Lynch e Kaplan (2005) e de Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask, e Leppik (2010) exporem que as taxas de ideação suicida são superiores nos homens, em relação às mulheres, os nossos resultados não o corroboram. Conjuntamente, deslindou-se que as mulheres desempregadas experienciam maiores níveis de ideação suicida, quando comparadas com os homens empregados. Neste sentido, os estudos de Howe, Levy e Caplan (2004) auxiliam-nos numa possível explicação, na medida em que tanto o homem como a mulher desempregados enfrentam consequências similares, pois são expostos a um conjunto idêntico de situações de *stress*. Embora as crenças tradicionais recaiam sobre o papel do homem na sociedade, e o desemprego pareça deter consequências mais nefastas para o mesmo, cada vez mais essas crenças têm sido postas em causa, diríamos nós, pelo papel igualitário que se pretende para homens e para mulheres, e pela presença, gradualmente superior, destas no mercado de trabalho. Ademais, o emprego ocupa uma posição central na vida e na identidade dos indivíduos, independentemente do sexo. Assim, acreditamos que a mulher está tão investida profissionalmente como o homem e que, no presente caso, o papel no mercado de trabalho parece ser assumido pelos dois elementos da díade. Adicionalmente, as habilitações académicas dos participantes apontam para um nível social médio, no qual possam estar diluídas as diferenças de sexo evidentes em diversos estudos. Por outro lado, o estudo de McKee-Ryan, Song, Wanberg & Kinicki (2005) demonstrou que as mulheres desempregadas apresentam menores níveis de saúde mental e, portanto, maiores níveis de ideação suicida, contrariando os estudos de Khang, Lynch e Kaplan

(2005) e de Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask, e Leppik (2010). A explicação poderá associar-se à mudança do papel da mulher no mercado de trabalho e pelo facto de se encontrarem mais vulneráveis e sofrerem mais o impacto do desemprego do que os homens (Rogers, 1980; Snyder & Nowark, 1984). Todavia, os trabalhos empíricos reforçam que o desemprego não anula as diferenças entre desempregados/as e existe uma variedade de maneiras de viver este evento de vida. Pois as respostas a ele associadas são, ainda, muito heterogéneas e condicionadas pelo contexto (Bourdieu, 1993; Clayton, 1988; Commaille, 1999; Demazière, 1995; Demazière & Dubar, 1997; Demazière & Guimarães, 2006; Gallie & Paugam, 2000; Linhart, 2003; Rémillon, 2006; Rosa, Ferreira & Gonçalves, 2001; Schnapper, 1994).

Emoções positivas e negativas experienciadas e situação profissional dos casais (com emprego/sem emprego)

Atendendo à nossa terceira hipótese de investigação, apurou-se que os casais em situação de desemprego experienciam mais emoções negativas que os casais empregados. Naturalmente, o desemprego apesar de, numa primeira análise, ser um problema económico, detém consequências psicológicas vastíssimas, pelos sentimentos negativos que desencadeia, subjungando um efeito profundo e nefasto na vida dos indivíduos e das famílias, ao exigir recursos emocionais para responder às dificuldades. Logo, poderão ser desencadeadas reacções emocionais, como a frustração e a raiva, acarretando consequências negativas para a saúde e para as relações do casal (Conger, Conger, Elder, Lorenz, Simons & Conger, 1992). Estudos como os de Alvaro (1992), Borrero (2014), Caleiras (2008), Caleiro (2011), Howe, Levy e Caplan (2004) e os de Scheve, Esche e Schupp (2013) evidenciam que o desemprego e o impacto psicológico a si inerente, fazem-se acompanhar por um conjunto de pensamentos e sentimentos negativos de tristeza, angústia, desânimo, desespero, medo, raiva, frustração, indignação, revolta, vergonha, culpa, entre outras emoções negativas. Indubitavelmente, estas emoções repercutem-se em sentimentos de desvalorização pessoal, incompetência, injustiça e fracasso, os quais se reverberam em perdas graduais de optimismo, esperança, confiança e identidade. Neste sentido, os nossos resultados vão ao encontro dos presentes nos estudos anteriores.

Porém, verificou-se que não existem diferenças entre os homens e as mulheres desempregadas. Embora o estudo de Weckström (2012) aponte que os efeitos dramáticos do desemprego estão associados à perda de identidade no homem, na medida em que é, tradicionalmente, o responsável pelo bem-estar familiar, outras investigações, como a de

Kulik (2000) evidencia que não é o género sexual em si que interfere no impacto psicológico, mas sim a importância do papel profissional na vida do indivíduo. Desta forma, as mesmas reações e emoções experienciadas podem surgir, identicamente, nas mulheres, uma vez que esse papel é-lhes tão central quanto nos homens. Em consonância, o estudo de Dew, Penkower e Bromet (1991), citados por Howe, Levy e Caplan (2004), revela que as mulheres enfrentam situações similares às dos homens aquando da perda do emprego, nomeadamente sintomas depressivos, ansiedade, raiva, insatisfação, irritação, entre outras. Posto isto, tanto o homem como a mulher desempregada enfrentam consequências análogas em termos de saúde mental, visto estarem expostos a um conjunto idêntico de situações de *stress*.

No que concerne às emoções positivas, esperar-se-ia que os casais com emprego experienciassem mais emoções positivas, em oposição aos sem emprego. Contudo tal não se averiguou no nosso estudo. Uma possível explicação, a nosso ver, remete à precaridade e instabilidade laboral que, cada vez, mais as famílias portuguesas se deparam. As formas de emprego correspondem a uma gradual debilidade, pois são exercidas com um carácter não voluntário. Isto é, as pessoas têm que se lhes sujeitar por falta de outras alternativas. Deste modo, podemos nos encontrar perante situações caracterizadas por uma menor proteção social, menores oportunidades de progressão na carreira, menores níveis salariais, menor acesso à formação profissional, bem como a condições de trabalho vulneráveis (Almeida, 2013; Duarte, 2004). Consequentemente, a instabilidade do trabalho repercute-se desfavoravelmente na identidade social e profissional (Duarte, 2004). Contudo, e atendendo ao propósito deste estudo, estas situações não foram tidas em consideração nem foram alvo de atenção.

Correlação entre a ideação suicida e as emoções negativas

No que respeita à segunda e terceira hipóteses, atesta-se que os casais desempregados experienciam maiores níveis de ideação suicida, assim como mais emoções negativas. Face ao exposto, elaborou-se a quarta hipótese de investigação, na qual se esperaria que mais emoções negativas experienciadas corresponderiam a maiores níveis de ideação suicida. O desemprego cultiva a incerteza perante o futuro, o que se reflecte num aumento dos níveis de *stress* e dos comportamentos de risco e suicida (Yur'yev, Värnik, Värnik, Sisask & Leppik, 2010). Adicionalmente, este é um evento que afecta toda a condição subjectiva do indivíduo, podendo, ainda, deter consequências na estabilidade do

seu psiquismo, repercutindo-se em diversas reacções emocionais (Cook, 1991; Guillard & Monteiro, 2010; Knabe & Rätzel, 2011).

Os nossos resultados constataram que estas duas variáveis se encontram, significativamente, correlacionadas, indo ao encontro do apresentado nos estudos de Chen e colaboradores (2012), Classen e Dunn (2009), Classen e Dunn (2012) e de Cooper (2013), que salientam que a perda de emprego pode repercutir-se num choque psicológico profundo, dando conta de prejuízos na autoestima, no desenvolvimento de doença mental depressiva e ansiedade. Considerando os pensamentos, emoções e sentimentos negativos, estes revelam-se preditores da probabilidade de consequências para tendências de acção social e comportamental, alertando para a possibilidade de sofrimento psicológico e de cometer suicídio (Chen et al., 2012; Classen & Dunn, 2009; Classen & Dunn, 2012; Cooper, 2013; Scheve, Esche & Schupp, 2013). A nossa hipótese foi, assim, confirmada.

Naturalmente, alguns dos nossos resultados vão ao encontro de outros estudos, enquanto outros, como pudemos observar, seguem uma tendência oposta às conclusões presentes na literatura acerca desta temática. Todavia, se tivermos em conta os resultados, assim como as limitações que serão expostas no capítulo seguinte, torna-se exequível que algumas dúvidas e confusões com estes resultados possam ser melhor elucidadas em investigações e estudos futuros.

Considerações Finais

Actualmente deparamo-nos, gradativamente, com mais situações de desemprego. Apesar das reformas implementadas no sentido de reduzir estas taxas, esta é uma prevalente, instalando muitas famílias sob pressão financeira. Deste modo, o principal foco ao longo desta investigação assentou na tentativa de analisar os casais em situação de desemprego, fosse quando um ou ambos os membros se encontrassem desempregados, objectivando aferir, a satisfação conjugal e a ideação suicida. De igual modo, procurou-se perceber se as emoções experienciadas exercem influência nos casais desempregados e se essas diferenças são superiores quando são ambos os membros do casal a se encontrarem desempregados. Semelhantemente, tentou-se verificar a existência de diferenças quando é o homem a se encontrar desempregado ou quando é a mulher, e a forma como ambos vivenciam esta experiência.

Destarte, este estudo propôs-se a entender a visão da díade no que concerne ao impacto do desemprego na relação, adoptando-se para tal uma visão mais sistémica e próxima desta realidade, não se restringindo somente às percepções do elemento desempregado. Face à escassez de estudos acerca desta realidade, principalmente, no âmbito nacional, este estudo desenvolveu-se numa tentativa de colmatar as falhas existentes na investigação do desemprego e da crise na satisfação conjugal e na ideação suicida.

Todavia, e considerando os presentes resultados obtidos, torna-se importante reflectir sobre potenciais limitações influenciadoras nesta investigação.

Primeiramente, denote-se a dificuldade inerente em encontrar participantes, ou seja, casais desempregados. Contactaram-se diversas instituições e organizações de apoio ao desemprego, porém foram escassas as que aceitaram participar nesta investigação. Além disso, a receptividade dos elementos desempregados revelou-se dificultadora da constituição de uma amostra maior, pois recusaram-se a responder e a participar. Saliente-se, também, que embora alguns participantes tenham respondido ao questionário, o respectivo do cônjuge não nos foi retornado, o que se reverberou na perda de alguns participantes devido ao objectivo da investigação (i.e., perceber o impacto do desemprego no casal).

Apesar de se ter conseguido 22 casais desempregados, considera-se que esta é, ainda, uma amostra pequena, impossibilitando a generalização de resultados à população. Assim, sugere-se em estudos futuros uma especial atenção ao aumento do número de casais participantes, uma vez que tal consistiria num maior número de dados, resultando, portanto, em análises mais fidedignas e generalizáveis.

Em segundo plano, ainda que estivesse patente na folha de rosto e tivesse sido reforçado pela investigadora o carácter individual no preenchimento dos questionários, torna-se difícil o controlo deste aspecto, especialmente quando ambos os membros do casal o preencheram no âmbito do seu domicílio. Deste modo, pondera-se uma provável “contaminação” de respostas entre os participantes, aquando de preenchimento conjunto. Analogamente, e conquanto o carácter anónimo dos questionários, alguns participantes poderão ter receado que a investigadora pudesse, de alguma forma, identificá-los, tendo respondido consoante a desejabilidade social, visto as respostas aos itens do questionário revelarem algumas informações mais pessoais e íntimas.

Crê-se, ainda, que a extensão dos questionários seja considerada uma limitação, pois provoca saturação ao participante.

Em estudos futuros, seria pertinente compreender o funcionamento familiar, uma vez que situações de crise, como o desemprego, detêm consequências, não apenas para o indivíduo desempregado, mas repercute-se em toda a dinâmica conjugal e familiar. Neste sentido, perante situações de desemprego, os indivíduos tornam-se mais dependentes das relações familiares, porque essas relações, quando funcionais, podem ajudar a encontrar o caminho para a superação das dificuldades ou, pelo contrário, podem aumentar o peso dos problemas. De igual modo, seria interessante realizar um aprofundamento do impacto do desemprego em casais desempregados, nomeadamente, naqueles em que apenas um dos membros se encontra em situação de desemprego e naqueles em que ambos estão desempregados, visando aferir possíveis diferenças dada a escassez de estudos existentes. Seria, igualmente, indagar as repercussões da duração do desemprego na satisfação conjugal e na ideação suicida, uma vez que períodos mais longos de desemprego aparentam acarretar consequências negativas nos indivíduos.

Um outro aspecto merecedor de consideração recai na aferição de um instrumento exequível de medição, precisa e fidedigna, da ressonância da crise e da pressão económica, resultantes de dificuldades económicas causadas pelo desempregado, viabilizando um estudo mais aprofundado do impacto do *stress* financeiro nos indivíduos desempregados e na relação conjugal. Concomitantemente, refira-se, também, a introdução de algum instrumento que proporcionasse o entendimento das estratégias de *coping* utilizadas para contornar a crise, atenuando-se, assim, os possíveis efeitos negativos advindos do desemprego.

O subsídio de desemprego e o RSI poderiam, também, ser explorados em investigações futuras, almejando-se compreender se a procura de emprego se intensifica, ou

não, aquando da aproximação ou término de usufruto deste benefício; e se os níveis de ideação suicida incrementam. Isto porque o recebimento do subsídio de desemprego, parece consistir num factor equilibrador de uma possível tensão financeira, as quais se ligam a perturbações psicológicas, à diminuição dos rendimentos, e conseqüentemente, da qualidade de vida.

Adicionalmente, poder-se-ia averiguar o impacto psicológico do desemprego e o aumento dos níveis de ideação suicida em indivíduos que se encontram desempregados pela primeira vez e naqueles que já tenham experienciado situações anteriores, com o intuito de apurar se existem diferenças e de que forma se reflectem na satisfação conjugal.

Uma vez que este estudo foca-se apenas na relação conjugal, seria, identicamente, interessante investigar as repercussões do desemprego nos restantes membros familiares, por exemplo nos filhos. Tal justifica-se atendendo a que situações geradoras de *stress* na família aumentam os níveis de *stress* emocional e intensificam os conflitos familiares, tanto a nível conjugal como na relação parental-filial. Neste sentido, o desemprego impacta, negativamente, nas relações do casal, nas gerações mais novas e no bem-estar psicológico de todos os membros da família. Com efeito, seria ainda legitimado o entendimento de uma provável existência de dissemelhanças em casais consoante a idade dos filhos, objectivando-se verificar em que situações se denotam maiores níveis de *stress* financeiro e que influência retém na satisfação conjugal.

Por fim, poder-se-ia analisar o nível de preponderância da idade de indivíduos desempregados nos resultados destas variáveis, o modo como lidam e gerem as suas emoções e expectativas aquando do período de desemprego.

Todavia, somente através do contacto interpessoal com estes indivíduos, ao falar-lhes e ao compreender o que lhes aflige, aquilo que os preocupa e, também, a esperança que preservam face a um futuro melhor, não é viável de medição pelos instrumentos que dispomos no nosso trabalho e que viriam a enriquecer e complementar este estudo.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, J. G. (2013). Trajetórias de incerteza: a instabilidade laboral como modo de vida. *Cabo dos Trabalhos, 9*, 103-124.
- Alvaro, J. L. (1992). *Desempleo y bienestar psicológico*. Madrid: Siglo XXI.
- Apter, A., Bursztein, C., Bertolote, M. J., Fleischmann, A., & Wasserman, D. (2009). Suicide on all the continents in the young. In D. Wasserman & C. Wasserman (Eds.), *Oxford textbook of suicidology and suicide prevention* (621-627). Oxford: Oxford University.
- Artazcoz, L., Benach, J., Borrell, C., & Cortès, I. (2004). Unemployment and Mental Health: Understanding the Interactions Among Gender, Family Roles, and Social Class. *American Journal of Public Health, 94*(1), 82-88. doi: 10.2105/AJPH.94.1.82
- Banco de Portugal (2014). *Relatório do Conselho de Administração: A Economia Portuguesa*. Lisboa: Departamento de Estudos Económicos.
- Borrero, M. (2014). Psychological and Emotional Impact of Unemployment. *Journal of Sociology & Social Welfare, 7*(6), 916-934.
- Bourdieu, P. (1993). *La Misère du Monde*. Paris: Éditions du Seuil.
- Brown, S. L., & Vinokur, A. D. (2003). The Interplay Among Risk Factors for Suicidal Ideation and Suicide: The Role of Depression, Poor Health, and Loved Ones' Messages of Support and Criticism. *American Journal of Community Psychology, 32*(1), 131-141.
- Caleiras, J. (2008). Do desemprego à pobreza? Trajectórias, experiências e enfrentamentos. *E-Cadernos CES*. Retirado a janeiro 20, 2015, de <http://eces.revues.org/1472>. doi: 0.4000/eces.1472.
- Caleiro, A. (2011). Desemprego e Felicidade em Portugal. Documento de Trabalho n° 2011/05, 1-14. Universidade de Évora: Departamento de Economia. Retirado a janeiro 20, 2015, de http://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/8476/1/wp_2011_05.pdf.
- Caplan, G. (1980). *Princípios de Psiquiatria Preventiva*. Rio de Janeiro: Zahae Editores.
- Caycedo, A., Arenas, M. L., Benítez, M., Cavanzo, P., Leal, G., & Guzmán, Y. R. (2010). Características psicosociales y familiares relacionadas com intento de suicidio en una población adolescente em Bogotá: 2009. *Persona y Bioética, 14*(2), 205-213.

- Chahad, C., & Chahad, J. P. Z. (2005). Os impactos psicológicos do desemprego e suas consequências sobre o mercado de trabalho. *Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*, 5(1), 179-218.
- Chang, S., Stuckler, D., Yip, P., & Gunnell, D. (2013). Impact of 2008 global economic crisis on suicide: time trend study in 54 countries. *British Medical Journal*, 347(f5239). doi: 10.1136/bmj.f5239
- Chen, L., Li, W., He, J., Wu, L., Yan, Z., & Tang, W. (2012). Mental health, duration of unemployment, and coping strategy: a cross-sectional study of unemployed migrant workers in eastern china during the economic crisis. *Public Health*, 12(597). doi:10.1186/1471-2458-12-597
- Classen, T. J., & Dunn, R. A. (2009). The effect of job loss and unemployment duration on suicide risk in the United States: a new look using mass-layoffs and unemployment insurance claims. *Health Economics*, 21(3), 338-350. doi: 10.1002/hec.1719
- Classen, T. J., & Dunn, R. A. (2012). The effect of job loss and unemployment duration on suicide risk in the United States: a new look using mass-layoffs and unemployment duration. *Journal of Health Economics*, 21(3), 338-350. doi: 10.1002/hec.1719
- Clayton, C. (1988). Psychological effects of unemployment: a selected overview. *Journal of the Royal Society for the Promotion of Health*, 108(1), 29-33.
- Conger, R. D., Elder, G. H., Lorenz, F. O., Conger, K. J., Simons, R. L., Whitbeck, L. B., Huck, S., & Melby, J. N. (1990). Linking Economic Hardship to Marital Quality and Instability. *Journal of Marriage and the Family*, 52(3), 643-656. doi: 10.2307/352931
- Conger, R. D., Lorenz, F. O., Elder, G. H., Melby, J. N., Simons, R. L., & Conger, J. C. (1991). A process model of family economic pressure and early adolescent alcohol use. *Journal of Early Adolescence*, 11(4), 430-449. doi: 10.1177/0272431691114003
- Conger, R. D., Conger, K. J., Elder, G. H., Lorenz, F. O., Simons, R. L., & Whitbeck, L. B. (1992). A family process model of economic hardship and adjustment of early adolescent boys. *Child Development*, 63(3), 526-541.
- Conger, R. D., Ge, X., Elder, G. H., Lorenz, F. O., & Simons, R. L. (1994). Economic stress, coercive family processes, and developmental problems of adolescents. *Child Development*, 65(2), 541-561. doi: 10.2307/1131401
- Conger, R. D., Wallace, L. E., Sun, Y., Simons, R. L., McLoyd, V. C., & Brody, G. H. (2002). Economic pressure in African American families: a replication and extension of the family stress model. *Developmental Psychology*, 38(2), 179-193. doi: 10.1037/0012-1649.38.2.179

- Commaille, J. (1999). *Famille et Chômage – Rapport*. Paris: Haut Conseil de la Population et de la Famille.
- Cook, E. P. (1991). Annual Review: Practice and Research in Career Counseling and Development. *The Career Development Quarterly*, 40(2), 99-131. doi: 10.1002/j.2161-0045.1991.tb00317.x
- Cooper, D. (2013). The Effect of Unemployment Duration on Future Earnings and Other Outcomes. *Federal Reserve Bank of Boston*, 13(8). doi: 10.2139/ssrn.2366542
- Costa, A., & Caldas, J. C. (2013). A União Europeia entre os resgates bancários e a austeridade: Um mapa das políticas e das medidas. In Observatório sobre Crises e Alternativas (Eds.), *A Anatomia da Crise: Identificar os problemas para construir as alternativas* (72-107). Universidade de Coimbra: Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado.
- Cunradi, C. B., Todd, M., Due, M., & Ames, G. (2009). Problem Drinking, Unemployment, and Intimate Partner Violence among a Sample of Construction Industry Workers and their Partners. *Journal of Family Violence*, 24(2), 63-74. doi: 10.1007/s10896-008-9209-0
- Demazière, D. (1995). *La Sociologie du Chômage*. Paris: La Découverte.
- Demazière, D., & Dubar, D. (1997). *Analyser les Entretiens Biographiques. L'Exemple des Récits d'Insertion*. Paris: Nathan.
- Demazière, D., & Guimarães, N. A. (2006). Unemployment as a biographical experience. In K. Kase, & K. Sugita (Eds.), *The Unemployed and Unemployment in an International Perspective Comparative Studies of Japan, France and Brazil* (68-147).
- Dimas, I., Pereira, M., & Canavarro, M. (2013). Ajustamento psicossocial, ajustamento diádico e resiliência no contexto de desemprego. *Análise Psicológica*, 31(1), 3-16.
- Downey, G., & Coyne, J. C. (1990). Children of depressed parents: An integrative review. *Psychological Bulletin*, 108(1), 50-76. doi: 10.1037//0033-2909.108.1.50
- Duarte, A. M. (2004). Precaridade e identidades. Questões para uma problemática. In *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Minho, 12-15 maio. 2004.
- Fergusson, D. M., Boden, J. M., & Horwood, L. J. (2007). Unemployment and suicidal behavior in a New Zealand birth cohort: A fixed effects regression analysis. *The Journal of Crisis Intervention and Suicide Prevention*, 28(2), 95-101. doi: 10.1027/0227-5910.28.2.95

- Ferreira, J., & Castela, M. (1999). Questionário de ideação suicida (Q.I.S.). In M. Simões, M. Gonçalves, & L. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal*, 2, (123-130). Braga: Sistemas Humanos e Organizacionais, Lda.
- Fountoulakis, K. N., Gonda, X., Dome, P., Theodorakis, P. N., & Rihmer, Z. (2014). Possible delayed effect of unemployment on suicidal rates: the case of Hungary. *Annals of General Psychiatry*, 13(12). doi: 10.1186/1744-859X-13-12
- Fox, G. L., & Chancey, D. (1998). Sources of Economic Distress: Individual and family outcomes. *Journal of Family Issues*, 19(6), 725–749. doi: 10.1177/019251398019006004
- Gallie, D., & Paugam, S. (2000). *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Garcy, A. M., & Vågerö, D. (2013). Unemployment and suicide during and after a deep recession: A longitudinal study of 3,4 million Swedish men and women. *American Journal of Public Health*, 103(6), 1031-1038. doi: 10.2105/AJPH.2013.301210
- Glyptis, S. (1989). *Leisure and Unemployment*. London: Milton Keynes Open University Press.
- Gonçalves, A. M., Freitas, P. P., & Sequeira, C. A. C. (2011). Comportamentos Suicidários em Estudantes do Ensino Superior: Factores de Risco e de Protecção. *Millenium*, 40, 149-159.
- Gouveia-Pereira, M., Abreu, S., & Martins, C. (2014). How do Families of Adolescents with Suicidal Ideation Behave?. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(1), 171-178.
- Gudmunson, C. G., Beutler, I. V., Israelsen, C. L., McCoy, J. K., & Hill, E. J. (2007). Linking Financial Strain to Marital Instability: Examining the Roles of emotional Distress and Marital Interaction. *Journal of Family and Economic Issues*, 28(3), 357–376. doi: 10.1007/s10834-007-9074-7
- Guiland, R., & Monteiro, J. K. (2010). Jovem em situação de desemprego: habilidades sociais e bem-estar psicológico. *Psicologia: Teoria e Prática*, 12(3), 149-163.
- Hayes, J., & Nutman, P. (1981). *Understanding the unemployed: the psychological effects of unemployment*. London: Tavistock Publications Ltd.
- Hayhoe, C. R. (2006). Helping Families in Transition Due to Unemployment. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 13(1), 63-73. doi: 10.1300/J137v13n01_04
- Hespanha, P., Ferreira, S., & Pacheco, V. (2013). O Estado Social, crise e reformas. In Observatório sobre Crises e Alternativas (Eds.), *A anatomia da crise: Identificar os problemas para construir as alternativas* (161-249). Universidade de Coimbra: Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado.

- Howe, G., Levy, M., & Caplan, R. (2004). Job loss and depressive symptoms in couples: Common stressors, stress transmission, or relationship disruption? *Journal of Family Psychology, 18*(4), 639-650.
- INE (2015). Instituto Nacional de Estatística. Retirado a janeiro 20, 2015, de <https://www.ine.pt/>.
- Jensen, P., & Smith, N. (1990). Unemployment and marital dissolution. *Journal of Population Economics, 3*(3), 215-229.
- Kadushin, A., & Martin, J. (1988). *Child welfare services* (4^a ed.). Nova Iorque: MacMillan.
- Kalil, A. (2009). Joblessness, family relations and children's development. *Family Matters, 83*, 15-22.
- Karanikolos, M., Mladovsky, P., Cylus, J., Thomson, S., Basu, S., Stuckler, D., Mackenbach, J. P., & McKee, M. (2013). Financial crisis, austerity, and health in Europe. *The Lancet, 381*(9874), 1323-1331. doi: 10.1016/S0140-6736(13)60102-6
- Kentikelenis, A., Karanikolos, M., Reeves, A., McKee, M., & Stuckler, D. (2014). Greece's health crisis: From austerity to denialism. *The Lancet, 382*(22), 748-753.
- Khang, Y. H., Lynch, J. W., & Kaplan, G. A. (2005). Impact of economic crisis on cause-specific mortality in South Korea. *International Journal of Epidemiology, 34*(6), 1291-1301. doi: 10.1093/ije/dyi224
- Kinnunen, U., & Feldt, T. (2004). Economic stress and marital adjustment among couples: Analyses at the dyadic level. *European Journal of Social Psychology, 34*, 519-532. doi: 10.1002/ejsp.213
- Knabe, A., & Rätzl, S. (2011). Scarring or scaring? The Psychological Impact of Past Unemployment and Future Unemployment Risk. *Economica, 78*(310), 283-293. doi: 10.1111/j.1468-0335.2009.00816.x
- Kölves, K. (2010). Child suicide, family environment, and economic crisis. *The Journal of Crisis Intervention and Suicide Prevention, 31*(3), 115-117. doi: 10.1027/0227-5910/a000040
- Kulik, L. (2000). Jobless men and women: A comparative analysis of job search intensity, attitudes toward unemployment, and related responses. *Journal of Occupational and Organizational Psychology, 73*(4), 487-500.
- Lee, H. Y., Hahm, M. I., & Park, E. C. (2013). Differential association of socio-economic status with gender – and age-defined – suicidal ideation among adult and elderly individuals in South Korea. *Psychiatric Research, 210*(1), 323-328. doi: 10.1016/j.psychres.2013.05.012

- Leite, A. N. (2010). A internacionalização da economia portuguesa. *Relações Internacionais*, 28, 119-132.
- Levy, L., & Gomes, I. C. (2008). Relação conjugal, violência psicológica e complementaridade fusional. *Psicologia Clínica*, 20(2), 163-172. doi: 10.1590/S0103-56652008000200012
- Lim, H. E. (2011). The determinants of individual unemployment duration: The case of Malaysian graduates. *Journal of Global Management*, 2(2), 184-203.
- Linhart, D. (2003). *Perte d'Emploi, Perte de Soi*. Paris: Éditions Érès.
- Lopes, S. C. C. (2011). *Impacto do Desemprego na Qualidade de Vida da População do Concelho de Felgueiras* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior Miguel Torga, Portugal.
- Lundin, A., Lundberg, I., Allebeck, P., & Hemmingsson, T. (2012). Unemployment and suicide in the Stockholm population: A register-based study on 771,068 men and women. *Public Health*, 126(5), 371-377. doi: 10.1016/j.puhe.2012.01.020
- Maisel, N. C., & Karney, B. R. (2012). Socioeconomic status moderates associations among stressful events, mental health, and relationship satisfaction. *Journal of Family Psychology*, 26(4), 654-660. doi: 10.1037/a0028901
- Marôco, J. (2010). *Análise estatística com o PASW Statistics (ex-SPSS)*. Pêro Pinheiro: Report Number.
- McKee-Ryan, F., Song, Z., Wanberg, C. R., & Kinicki, A. J. (2005). Psychological and physical well-being during unemployment: A meta-analytic study. *Journal of Applied Psychology*, 90(1), 53-76. doi: 10.1037/0021-9010.90.1.53
- McLoyd, V. C. (1989). Socialization and development in a changing economy: The effects of paternal job and income loss on children. *American Psychologist*, 44, 293-302. doi: 10.1037/0003-066X.44.2.293
- Minuchin, S. (1979). *Familles en thérapie*. Paris: Jean-Pierre. Delarge. (Obra original publicada em 1974).
- Minuchin, S. (1988). *Famílias, Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Moreira, N. A. C. (2008). *Sofrimento, Desespero e Comportamentos Suicidários na Prisão*. Coimbra: Quarteto.
- Moreira, N. A. C., & Gonçalves, R. A. (2010). Perturbação mental e ideação suicida entre reclusos preventivos. *Análise Psicológica*, 1(28), 133-148.
- Mossakowski, K. (2009). The influence of past unemployment duration on symptoms of depression among youth women and men in the United States. *American Journal of Public Health*, 99, 1826-1832. doi: 10.2105/AJPH.2008.152561

- Murali, V., & Oyeboode, F. (2004). Poverty, Social Inequality and Mental Health. *Advances in Psychiatric Treatment*, 10(3), 216-224. doi: 10.1192/apt.10.3.216
- Narciso, I. (2001). *Conjugalidades satisfeitas mas não perfeitas: à procura do padrão que liga* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Portugal.
- Narciso, I. (1994). Metamorfoses do Amor e da Satisfação Conjugal. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 10/11, 129-139.
- Narciso, I., & Costa, M. (1996). Amores satisfeitos, mas não perfeitos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 115-130.
- Narciso, I., & Costa, M. (2001). Percursos de Mudança na Qualidade Conjugal – Fragmentos de um Estudo sobre Conjugalidades Satisfeitas. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17-18, 181-195.
- Norgren, M. B. P., Souza, R. M., Kaslow, F., Hammerschmidt, H., & Sharlin, S. A. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: Uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 575-584. doi: 10.1590/S1413-294X2004000300020
- Nuttman-Shwartz, O., & Gadot, L. (2012). Social factors and mental health symptoms among women who have experienced involuntary job loss. *Anxiety, Stress & Coping*, 25(3), 275-290. doi: 10.1080/10615806.2011.583644
- Ochsen, C., & Welsch, H. (2011). The social costs of unemployment: accounting for unemployment duration. *Applied Economics*, 43(27), 3999-4005.
- Organização Internacional do Trabalho (2013). *Enfrentar a Crise do Emprego em Portugal*. Relatório a ser apresentado na Conferência de alto nível Enfrentar a Crise do Emprego em Portugal: Que caminhos para o futuro?. Lisboa: Grupo de Ação Interdepartamental da OIT.
- Organização Mundial de Saúde (2013). *Mental Health Action Plan 2013-2020*, Geneva: World Health Organization. Retirado a janeiro, 20, 2015, de http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/89966/1/9789241506021_eng.pdf.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2014). *Relatórios Económicos da OCDE Portugal*. Retirado a janeiro 20, 2015, de <http://www.oecd.org/economy/surveys/Portugal-2014-Overview-PRT.pdf>.
- Osiama, A., Lahelma, E., & Lönnqvist, J. (2002). Determinants of attempted suicide in an urban environment. *Nordic Journal of Psychiatry*, 56(6), 451-456. doi: 10.1080/08039480260389389

- Pacheco, A. M. (2008). *Olhando a satisfação: Um estudo exploratório em casais portugueses* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Portugal.
- Patterson, G. R. (1982). *Coercive family process*. Castalia: Eugene.
- Paul, K. I., & Moser, K. (2009). Unemployment impairs mental health: Meta-analyses. *Journal of Vocational Behavior*, 74(3), 264-282. doi: 10.1016/j.jvb.2009.01.001
- Paulo, S. (2011). *A Europa e a Crise Financeira Mundial: Balanço da resposta política da UE*. Comissão Europeia: Fundação Robert Schuman.
- Pinheiro, L. R. S., & Monteiro, J. K. (2007). Reflectindo sobre desemprego e agravos à saúde mental. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 10(2), 35-45.
- Ramirez, D. C., & Cruz, R. M. (2009). Conflito escolar: Vulnerabilidade e desenvolvimento de habilidades sociais. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia*, 2, 79-95. Retirado a fevereiro 2, 2015, de <http://www.ujaen.es/revista/reid/revista/n2/REID2art5.pdf>.
- Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família: Perspetiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A. P. (2005). Família e stress: das crises normativas às crises inesperadas. Como intervir numa perspectiva sistémica. In A. M. Pinto, & A. L. Silva (Coords.), *Stress e bem-estar: Modelos e domínios de aplicação* (43-58). Lisboa: Climepsi.
- Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A., & Teles, N. (2013). Compreender a crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável. In Observatório sobre Crises e Alternativas (Eds.), *A Anatomia da Crise: Identificar os problemas para construir as alternativas* (11-71). Universidade de Coimbra: Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado.
- Rémillon, D. (2006). L'épreuve du chômage vue par les chômeurs âgés. *Document du Travail*, 61. Noisy-le-Grand: Centre d'Études de l'Emploi.
- Reynolds, W. (1988). *Suicidal Ideation Questionnaire. Professional manual*. Florida: Psychological Assessment Resources.
- Rodrigues, B. S. M., & Rodrigues, H. (1987). Consulta Psicológica e Desemprego. In Serviço de Consulta Psicológica e Orientação Vocacional (Eds.), *Cadernos de Consulta Psicológica*, 3 (123-126). Universidade do Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Rodriguez, M. S., & Cohen, S. (1998). Social support. *Encyclopedia of Mental Health*, 3, 535-544.

- Røed, K., & Zhang, T. (2005). Unemployment duration and economic incentives: a quasi random-assignment approach. *European Economic Review*, 49(7), 1799-1825. doi: 10.1016/j.euroecorev.2004.04.001
- Rogers, B. (1980). *The Domestication of Women*. London: Kogan Page Ltd.
- Rosa, M. T. S., Ferreira, P. I. M., & Gonçalves, M. F. (2001). *O Desemprego numa Zona Crítica de Portugal. O caso de Azambuja: Realidades e perspectivas de transformação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sampaio, D. (1991). *Ninguém morre sozinho*. Lisboa: Caminho.
- Sano, Y., Dolan, E. M., Richards, L., Bauer, J., & Braun, B. (2008). Employment patterns, family resources, and perception: Examining depressive symptoms among rural low-income mothers. *Journal of Rural Community Psychology*, E11(1).
- Sant, P. M. H. (1997) La Familia Funcional y Disfuncional, un indicador de salud. *Revista Cubana Virtual en Salud*, 13(6), 591-595.
- Santí, P. M. H., & Betancourt, K. A. (2000). Factores familiares de riesgo en el intento suicida. *Revista Cubana De Medicina General Integral*, 16(2), 134-137.
- Scheve, V. C., Esche, F., & Schupp, J. (2013). The Emotional Timeline of Unemployment: Anticipation, Reaction, and Adaptation. *Institute for the Study of Labor*, 7654, 1-43. Retirado a janeiro 20, 2015, de <http://www.econstor.eu/bitstream/10419/89973/1/dp7654.pdf>.
- Schnapper, D. (1994). *L'Épreuve du Chômage*. Paris: Gallimard.
- Schulz, M. S., Cowan, P. A., Cowan, C. P., & Brennan, R. T. (2004). Coming home upset: Gender, marital satisfaction, and the daily spillover of workday experience into couple interactions. *Journal of Family Psychology*, 18(1), 250-263. doi: 10.1037/0893-3200.18.1.250
- Serra, A. (2011). *O stress na vida de todos os dias* (3ª ed.). Coimbra: Autor.
- Shaffer, D., & Pfeffer, C. R. (2001). Practice Parameter for the Assessment and Treatment of Children and Adolescents With Suicidal Behavior. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 40(7), 24-51. Doi: 10.1097/00004583-200107001-00003
- Slebarska, K., Moser, K., & Gunnesch-Luca, G. (2009). Unemployment, social support, individual resources, and job search behavior. *Journal of Employment Counseling*, 46(4), 159-170. doi: 10.1002/j.2161-1920.2009.tb00079.x
- Snyder, K. A., & Nowak, T. C. (1984). Job Loss and Demoralization: Do Women Fare Better than Men? *International Journal of Mental Health*, 13(1-2), 92- 106. doi: 10.1080/00207411.1984.11448968

- Song, Z., Foo, M., Uy, M. A., & Sun, S. (2011). Unraveling the daily stress crossover between unemployed individuals and their employed spouses. *Journal of Applied Psychology, 96*(1), 151-168.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa: Climepsi.
- Stein, C. H., Abraham, K. M., Bonar, E. E., Leith, J. E., Kraus, S. W., Hamill, A. C., Gumber, S., Hoffman, E., & Fogo, W. R. (2011). Family ties in tough times: How young adults and their parents view the U. S. economic crisis. *Journal of Family Psychology, 25*(3), 449-454. doi: 10.1037/a0023697
- Stuckler, D., Basu, S., Suhrcke, M., Coutts, A., & McKee, M. (2009). The public health effect of economic crises and alternative policy responses in Europe: an empirical analysis. *The Lancet, 374*(9686), 315-323. doi: 10.1016/S0140-6736(09)61124-7
- Thomas, L. E., McCabe, E., & Berry, J. E. (1980). Unemployment and Family Stress: A Reassessment. *Family Relations, 29*(4), 517-524. doi: 10.2307/584467
- Tumolo, L. M. S. (2002). *As características da vivência das pessoas que se encontram desempregadas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- Tumolo, L. M. S., & Tumolo, P. S. (2004). A vivência do desempregado: Um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. *Revista Espaço Acadêmico, 43*, 1-13.
- Valleta, R. (2013). Long-term Unemployment: What Do We Know? *Federal Reserve Bank of San Francisco Economic Letter*. Retirado a janeiro 20, 2015, de <http://www.frbsf.org/economic-research/files/el2013-03.pdf>.
- Vaz Serra, A. (2007). *O stress na vida de todos os dias* (3ª ed.). Coimbra: Minerva.
- Vieira, K. F. L. (2008). *Depressão e Suicídio: Uma abordagem psicossociológica no contexto académico* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Paraíba, Brasil.
- Vijayakumar, L. (2004). Suicide prevention: the urgent need in developing countries. *World Psychiatry, 3*(3), 158–159.
- Vijayasiri, G., Richman, J. A., & Rospenda, K. M. (2012). The Great Recession, somatic symptomatology and alcohol use and abuse. *Addictive Behaviors, 37*(9), 1019-1024. doi: 10.1016/j.addbeh.2012.04.007
- Vinokur, A. D., Price, R. H., & Caplan, R. D. (1996). Hard Times and Hurtful partners: How Financial Strain Affects Depression and Relationship Satisfaction of Unemployed Persons and Their Spouses. *Journal of Personality and Social Psychology, 71*(1), 166-179. doi: 10.1037/0022-3514.71.1.166

- Xavier, M., Baptista, H., Mendes, J., Magalhães, P., & Caldas-de-Almeida, J. M. (2013). Implementing the World Mental Health Survey Initiative in Portugal – rationale, design and fieldwork procedures. *International Journal of Mental Health Systems*, 7(19), 1-10. doi: 10.1186/1752-4458-7-19
- Yoder, K. A., & Hoyt, D. R. (2005). Family Economic Pressure and Adolescent Suicidal Ideation: Application of the Family Stress Model. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 35(3), 251-264. doi: 10.1521/suli.2005.35.3.251
- Yur'yev, A., Värnik, A., Värnik, P., Sisask, M., & Leppik, L. (2010). Employment status influences suicide mortality in Europe. *International Journal of Social Psychiatry*, 58(1), 62-68. doi: 10.1177/0020764010387059
- Warr, P., Jackson, P., & Banks, M. H. (1988). Unemployment and mental health: Some British studies. *Journal of Social Issues*, 44(4), 47-68. doi: 10.1111/j.1540-4560.1988.tb02091.x
- Waters, L., & Moore, K. (2002). Predicting self-esteem during unemployment: The effect of gender financial deprivation, alternate roles and social support. *Journal of Employment Counseling*, 39(4), 171-189. doi: 10.1002/j.2161-1920.2002.tb00848.x
- Weckström, S. (2012). Self-assessed consequences of unemployment on individual wellbeing and family relationships: A study of unemployed women and men in Finland. *International Journal of social Welfare*, 21(4), 372-383.
- Welz, R., Veivel, T. O., & Häfner, H. (1988). Social support and suicidal behavior. In H. J. Möller, A. Schmidtke, & R. Welz (Eds.), *Current issues of suicidology* (322-327). Berlin: Springer.
- Wilhelm, F. A., & Oliveira, M. A. P. (2011). Fatores indicados por casais que facilitam ou impedem o relacionamento conjugal satisfatório. *Revista Caminhos*, 2(1), 173-186.